

**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JUSSARA JOVITA SOUZA DA ROSA

**A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NA MATRIZ CURRICULAR
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Florianópolis, 2008

JUSSARA JOVITA SOUZA DA ROSA

**A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NA MATRIZ CURRICULAR
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a Dr.a Claudia Mazzei Nogueira.

Florianópolis, 2008

JUSSARA JOVITA SOUZA DA ROSA

**A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NA MATRIZ
CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Esta Dissertação foi apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do curso de mestrado em Serviço Social, área de concentração Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social, linha de pesquisa Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aprovada em _____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Prof.a Dr.a Cláudia Mazzei Nogueira
Orientadora

Prof.a Dr.a Eliete Cibele Cipriano Vaz
Examinadora

Prof.a Dr.a Nise Maria Tavares Jinkings
Examinadora

JUSSARA JOVITA SOUZA DA ROSA

Aos que desejam discutir ação profissional.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo à vida, que torna possível nossa saga na invenção de ser humano.

À Universidade Federal de Santa Catarina, representada por seus professores e funcionários.

À professora Dr.a Claudia Mazzei Nogueira, pelo trabalho de orientação e por todas as trocas que este processo oportunizou, através também do estágio de docência na disciplina Processo de Trabalho em Serviço Social: Instituições/Organizações.

À professora Dr.a Ivete Siminonato, por suas contribuições à construção deste trabalho apresentadas no processo de qualificação.

À professora Dr.a Valeska Nahas Guimarães, por seu ensino do conteúdo da Administração na disciplina Trabalho e Formas de Gestão no Capitalismo Contemporâneo.

Ao professor Dr. Arnaldo Mazzei Nogueira, da USP, pela interlocução estabelecida após o processo de qualificação, o que permitiu a ampliação da discussão do tema da Administração.

Aos professores integrantes desta banca: prof.a Dra. Maria Manoela Valença, prof.a Dr.a Nise Maria Tavares Jinkings, e Prof.a Dr.a Eliete Cibele Cipriano Vaz.

Aos colegas do mestrado, de forma muito especial à colega Maria Izabel da Silva, pelo partilhar das discussões, pela amizade e pelas palavras de incentivo nos momentos difíceis.

Ao Maurício, velho companheiro, e às minhas filhas, Heloísa e Mariana, pelas discussões e por me auxiliarem na criação de condições objetivas para a continuidade da formação.

Uma coisa é por idéias arranjadas, outra é lidar com um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...

O personagem Riobaldo de João Guimarães Rosa no livro *Grande sertão: veredas*.

RESUMO

Relata pesquisa empírica e bibliográfica. O Instrumento utilizado foi a análise documental dos programas das disciplinas da matéria Administração e Planejamento dos cursos de Serviço Social de Santa Catarina. A pesquisa investigou como se desenvolve o ensino da matéria Administração e Planejamento no curso de Serviço Social, caracterizou as ementas e verificou que referências são utilizadas para o ensino da matéria. A análise dos programas verificou que não existe uma uniformidade no ensino da matéria nas instituições pesquisadas e que as disciplinas são trabalhadas com referências da Administração do Serviço Social e de outras áreas. Apresenta a Administração em uma perspectiva crítica. Tendo como mote a descontinuidade entre a teoria e a prática e o processo de formação profissional na área do Serviço Social, a pesquisa apresenta reflexões sobre a ação profissional e os desafios levantados para a profissão na contemporaneidade, e busca articular uma análise considerando o referencial teórico da Administração e do Serviço Social que considere o espaço de atuação de sujeitos, visando superar a idéia da mera reprodução das estruturas. Finaliza ressaltando os ganhos do projeto profissional do Serviço Social e a importância da reflexão constante sobre este projeto profissional, visando à construção de propostas de atuação profissional no âmbito das organizações.

Palavras-chave: Serviço Social; Administração; ação profissional.

ABSTRACT

It reports empiric and bibliographic research. The tool used was a documental analyzes of the subject programs related to Social Service Management and Planning Course in Santa Catarina. The research investigated how it is developed the teaching of Management and Planning at Social Service Course that characterized the memorandum and verified which references are used for teaching the subject. The program analyses verified that there is not uniformity on teaching the subject at the researched institutions and that the subjects are worked with references of the Social Service Management and other areas. It presents the Management in a critical perspective. Having as motto the discontinuity between theory and practice and the professional formation process in the Social Service area, the research presents insights about the professional action and the challenges for the profession on the contemporaneousness, and search for articulating the analysis considering the theoretical reference of Social Service Management that regards the action space of the subjects, aiming to overpass the mere structure reproduction idea. It finishes highlighting the professional project rewards of the Social Service and the importance of the constant insight about this professional project, aiming the construction of the professional action proposal in an organization scope.

Key-words: Social Service; Management; Professional Action

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CESSOT	Grupo de Estudos do Serviço Social do Trabalho
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
ONGS	Organizações Não-Governamentais
PAM	Posto de Assistência Médica
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE SIGLAS.....	8
APRESENTAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 O OBJETO DA PESQUISA.....	12
1.2 O PROCESSO DA PESQUISA.....	17
2 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL.....	20
2.1 ADMINISTRAÇÃO.....	20
2.1.1 Histórico da Administração.....	20
2.1.2 As organizações.....	26
2.1.3 A racionalização do trabalho.....	35
2.2 O SERVIÇO SOCIAL.....	40
2.2.1 Contextualização da profissão.....	40
2.2.2 A formação profissional.....	48
2.2.3 Algumas considerações sobre a categoria Trabalho.....	54
2.2.4 O Serviço Social nas organizações.....	58
3 O SERVIÇO SOCIAL EM INTERFACE COM A ADMINISTRAÇÃO.....	62
3.1 AS RELAÇÕES DO SERVIÇO COM A ADMINISTRAÇÃO.....	62
3.1.1 As primeiras aproximações do Serviço Social com o campo da Administração.....	64
3.1.2 O Serviço Social e a reestruturação produtiva.....	70
4 A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	74
4.1 A ANÁLISE DOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DA MATÉRIA BÁSICA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	74
4.2 A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO: REFLEXÕES.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A.....	91
ANEXO A.....	92
ANEXO B.....	96
ANEXO C.....	99
ANEXO D.....	104
ANEXO E.....	109
ANEXO F.....	116
ANEXO G.....	117
ANEXO H.....	121
ANEXO I.....	122
ANEXO J.....	128

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação discute o tema da gestão em interface com o projeto profissional do Serviço Social. Ela é composta de cinco capítulos. No Capítulo 1 apresentamos o processo da pesquisa, a trajetória de construção do objeto, indicando o tema, o problema, os objetivos, bem como justificamos a necessidade do presente estudo.

No Capítulo 2, discorremos sobre a Administração e o Serviço Social. Na seção Administração, fazemos um apanhado histórico da Administração e dentro dele desenvolvemos os temas organizações e racionalização do trabalho. Na seção Serviço Social, traçamos um panorama da profissão, envolvendo a discussão da formação profissional, a vinculação do projeto profissional com a categoria trabalho, as relações entre o Serviço Social e as organizações.

No Capítulo 3 tratamos da interface entre a Administração e o Serviço Social, analisando produções de nosso meio acadêmico que se propuseram a pensar a polêmica questão da atuação profissional nas organizações. Ainda neste capítulo discutimos os desafios colocados à categoria coma reestruturação produtiva.

No Capítulo 4 apresentamos os dados coletados em nossa pesquisa empírica, a matéria Administração nos cursos de Serviço Social do Estado de Santa Catarina. Após analisarmos os dados coletados, apresentamos algumas reflexões visando contribuir com o debate do tema Gestão dentro da matéria básica Administração e Planejamento constante em nossas Diretrizes Curriculares.

Nas considerações finais, Capítulo 5, condensamos síntese e avaliação do processo oportunizado pela pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O OBJETO DA PESQUISA

O projeto profissional hegemônico da profissão, que rompeu com o conservadorismo, já conta com duas décadas de existência. Entretanto, a discussão sobre a descontinuidade entre teoria e a prática se faz presente no meio profissional, no meio acadêmico, bem como entre os pesquisadores nos eventos da área e tem gerado pesquisas e publicações.

A reestruturação produtiva, a partir da década 1990, trouxe efeitos para a intervenção do Serviço Social que reforçaram essa situação.

Esta pesquisa está relacionada com inquietações que têm se mantido durante nossa trajetória profissional e busca no espaço acadêmico refletir sobre a ação profissional do assistente social.

Essa investigação tem como base empírica: o processo de formação profissional, o qual se realizou de meados ao final da década de 1980; o ingresso em espaços de atuação profissional no setor de Saúde; a continuidade da formação profissional através da pós-graduação; a docência no curso de Pedagogia Empresarial na Fundação Universidade do Vale do Itajaí; e ainda a recente experiência como docente em caráter temporário no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao longo desse percurso profissional, identificamos uma dificuldade no que se refere à formação para a ação profissional nas organizações.

É como se o projeto profissional hegemônico não contemplasse a composição de saberes que possibilitassem a ação profissional nos referidos espaços e como se esses saberes estivessem em um outro lugar, não no Serviço Social.

De alguma forma isto é verdade, o Serviço Social de fato busca seus saberes em outras áreas de conhecimento, e quando se trata das organizações, a Administração tem sido o campo ao qual ele recorre. As Diretrizes Curriculares para a formação profissional inclusive contêm uma matéria denominada Administração e Planejamento, do núcleo Fundamentos do Trabalho Profissional.

O Serviço Social, a partir de um processo que tem suas origens mais concretas em 1979, com o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, o “CBAS da virada”, e que

culmina com o código de ética de 1993, tem entre os seus princípios a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero” (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, p. 3). No que se refere à formação profissional, tanto o projeto profissional de 1982 quanto o de 1996 indicam a centralidade da categoria Trabalho a partir do referencial marxista.

Em nossa trajetória profissional, verificamos, entretanto, quando o tema é gestão, que as perspectivas teóricas baseadas no positivismo têm amplo espaço, havendo por conseqüência dificuldade na amarração com os princípios que sustentam o projeto profissional hegemônico do Serviço Social.

Em termos empíricos foi possível essa constatação quando na década 90, período em que, diga-se de passagem, a ideologia neoliberal atuou com grande força no imaginário social da realidade brasileira, atuamos na área de recursos humanos do setor de Saúde e tivemos a oportunidade de realizar uma especialização nessa área. Não havia um corpo teórico que se articulasse ao projeto profissional. Nessa década de tanta perplexidade era como se os aportes críticos da profissão não tivessem como concorrer com o das organizações.

Com o objetivo de destacar a hegemonia positivista no campo da Administração, apresentamos também uma experiência profissional como docente no curso de Pedagogia Empresarial, no qual também foi possível observar a desconexão entre os princípios de uma pedagogia emancipatória aplicada ao contexto das organizações e os postulados da Administração, baseados na lógica da maximização da produtividade, da eficácia e da eficiência das organizações.

A continuidade de nosso processo de formação profissional, sendo muito marcado pelo campo da educação, trouxe elementos para questionar a teoria comportamental, por entender que essa teoria não é suficiente para explicar a enorme complexidade que é o ser humano. Tal teoria se faz presente no taylorismo, no fordismo e mesmo nas idéias tidas como “inovadoras” da escola de relações humanas.

O aprofundamento do processo de formação no campo da educação foi trazendo elementos para o entendimento de que o ser humano se constitui através da interação com o meio social, e para além deste entendimento, foi possível consolidar, a partir das teorias psicogenéticas de Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934) e de Henry Wallon (1879-1962), teorias fundadas no marxismo, que o ser humano não é um produto do meio como postulava a tese ambientalista baseada no empirismo, nem produto de sua herança biológica como propunha a tese inatista baseada no idealismo, mas sim o resultado de constantes interações

entre o meio ambiente e os seus pares. É assim que se constitui a história filogenética humana e também a ontogénica¹ (LA TAILLE, 1992).

Tal entendimento é de extrema validade para o Serviço Social, tendo em vista a dimensão educativa da intervenção profissional. Que pressupostos a orientam? Como compreendemos o ser humano? Como um ser inacabado que se constitui através dos intercâmbios sociais? Como sujeito que constrói história ainda que sob condições herdadas? Ou um ser determinado pelo ambiente ou por sua herança biológica?

Mas por que trazemos a psicogênese na elaboração dessa trajetória de construção do objeto? Porque entendemos que essa é uma discussão central a ser travada no que se refere à ação profissional nas organizações. Como entendemos os atores desse contexto em que atuamos?

Considerando o projeto ético-político da profissão, é preciso dar ao ser humano o lugar de sujeito que constrói a sua história, que pela sua complexidade não pode nem de longe ser totalmente explicado pela teoria comportamental.

Embora todo o percurso profissional tenha contribuído para essas indagações, do ponto de vista da intervenção do Serviço Social propriamente dita, nosso ponto de partida para essas reflexões sobre a descontinuidade entre a teoria e a prática e a ação profissional nas organizações é nossa vivência profissional como assistente social nas organizações do setor de Saúde.

A pesquisa de Vasconcelos (2003), realizada no Rio de Janeiro, corrobora muito com a avaliação que temos de nosso percurso profissional, no setor de Saúde, iniciando no Serviço Social Médico do Posto de Assistência Médica – PAM do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS, no período de 1988 a 1994, em desvio de função², e depois como assistente social concursada da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, atuando na Maternidade Carmela Dutra, no período de 1995 a 2000, no Serviço Social e no Setor de Recursos Humanos.

¹ O recurso aos conceitos de ontogenia e filogenia deve-se à nossa trajetória na área da educação, campo em que esses conceitos são utilizados para discutir o desenvolvimento e a aprendizagem humana (LA TAILLE, 1992). Entendendo o serviço social como ação educativa, julgamos pertinente esta discussão cujo objetivo é demarcar nosso entendimento acerca do desenvolvimento e da aprendizagem humana em uma perspectiva sócio-histórica, fazendo uma ruptura com os referenciais comportamentalistas que influenciam a intervenção profissional, o que não é difícil de evidenciar mesmo em projetos de intervenção orientados por uma perspectiva dialética.

² O cargo e a função eram de Agente Administrativo. No final da década de 80, início de 90, esta foi uma prática muito freqüente no Serviço Público. Havia um número significativo de profissionais graduados nas mais diversas áreas, mas a ascensão funcional a partir da Constituição de 1988 deixou de existir, buscando-se garantir o concurso público, o que não aconteceu. A necessidade de quadros técnicos nas instituições e o desejo dos profissionais de atuarem em suas áreas de formação levaram a esta situação.

Esse percurso foi marcado pelos principais elementos apresentados por Vasconcelos (2003). Poucos profissionais por unidade, ou programa/projeto, a dificuldade em articular a teoria com a prática, principalmente para os colegas com mais tempo de profissão. O forte conservadorismo e uma prática baseada em preceitos morais, isto de um lado, e de outro um militantismo que pouco contribuía com o debate sobre a ação profissional. Essa vivência provocou, num primeiro momento, desalento por não perceber perspectivas.

Mas a caminhada profissional não parou, e com os recursos de conhecimentos que ela tem permitido consolidar, avaliamos que para intervir nos citados contextos profissionais por certo faltou conhecimento. Conhecimento sobre a lógica de funcionamento das organizações, instrumentos de análise para o entendimento da realidade social.

Continuando com a cronologia da trajetória, na recente experiência como docente, a partir do ano de 2005, lecionando a disciplina Administração em Serviço Social, verificamos que, apesar do amadurecimento do projeto profissional, persiste a descontinuidade entre o projeto ético-político da profissão e o programa da disciplina, o que se expressa principalmente nas bibliografias trabalhadas.

Apesar de o Serviço Social contar hoje com um projeto ético-político que se compõe, como bem nos lembra Marcelo Braz (2004)³, não apenas do Código de Ética, aprovado em 1993, mas das Diretrizes Curriculares implantadas em 1996 e do conjunto de leis, legislação social, que foram aprovadas ao longo da década de 1990, a disciplina Administração em Serviço Social, da matéria Administração e Planejamento, a começar por sua denominação, não acompanha o compasso desse avanço e, a nosso ver, merece ser revista.

Durante os semestres em que atuamos, percebemos no contato com os alunos essas contradições. Os alunos da quarta fase têm a disciplina Processos de Trabalho e Serviço Social: Conselhos de Direitos e Movimentos Sociais e estão já bastante firmados com sua visão crítica da sociedade e de suas instituições, mas tendem a se colocar entendendo que, no espaço organizacional, cabe ao Serviço Social apenas atuar profissionalmente “amenizando” as expressões da questão social. Quando se trata da atuação nas relações de trabalho, esse entendimento vai do “amenizar” para o “conciliar” os interesses do trabalhador e do

³ De modo geral encontramos como elementos que compõem o projeto ético-político, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares. É interessante a indicação feita por Braz, pois é através da legislação social que a intervenção profissional pode adquirir materialidade no que se refere à discussão e ao acesso aos direitos sociais. A legislação social não é fruto da luta específica dos assistentes sociais e sim da sociedade de maneira geral, mas a sua conquista reflete o que o serviço social pode almejar dentro dos limites da ordem capitalista, o pacto social baseado no direito, e essa é uma idéia que começou a se consolidar com mais força a partir da década de 1990 com o projeto profissional de 1996.

empregador. Parece-nos que aos bancos universitários está destinada a análise crítica, mas nesse espaço de trabalho far-se-á pouco mais do que reproduzir.

A disciplina é identificada como a disciplina que prepara os profissionais para trabalhar em empresas, diferentemente do que é preconizado nas Diretrizes, que indicam o estudo das organizações ligado à gestão de serviços nas diversas áreas sociais, bem como das políticas sociais.

A atuação nos programas de responsabilidade social empresarial e nas relações de trabalho é encarada por muitos alunos como uma atuação que não resultaria em uma intervenção transformadora. Com essa análise também se pensa a atuação nas Organizações Não-Governamentais – ONGs. Por outro lado, outros alunos se queixam da análise crítica entendendo-a como um excesso.

A crítica que compõe o arcabouço teórico do Serviço Social parece ter um efeito paralisante, é como se ela não servisse para, na unidade dialética que compõe a práxis, constituí-la. Os alunos em suas palavras dizem que o assistente social não vai fazer muita coisa, pois precisa garantir o seu emprego, de fato, em muitas análises, é como se o referencial teórico pertencesse a um outro mundo.

Nossa busca pelo mestrado em Serviço Social está estreitamente relacionada com esse enfrentamento, que se expande, como já foi indicado, para além das dificuldades com a disciplina, chegando até a preocupação com a ação do Serviço Social nas organizações.

Diante dessa situação, analisamos que seria interessante em nosso processo de formação um estudo que envolvesse a disciplina Administração em Serviço Social, a atuação da profissão nas organizações. Para tanto, estabelecemos como problema: como se dá o ensino da matéria Administração e Planejamento nos cursos de Serviço Social?

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a matéria Administração e Planejamento está organizada nos currículos dos cursos de Serviço Social no Estado de Santa Catarina; e os objetivos específicos são identificar como a matéria Administração e Planejamento está organizada nos currículos dos cursos de Serviço Social do Estado de Santa Catarina, caracterizar as ementas e os programas das disciplinas que compõem a matéria Administração e Planejamento e verificar que referências são utilizadas para o ensino da matéria Administração e Planejamento.

1.2 O PROCESSO DA PESQUISA.

Antes de discorrermos sobre o processo da pesquisa, julgamos pertinente, ainda que de forma breve, situarmo-nos em relação à pesquisa. De acordo com Demo, a pesquisa é a atividade básica da ciência.

Pesquisa é a atividade pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles (DEMO, 1995, p. 23).

Dada a complexidade da realidade humano-social, “[...] a pesquisa é um processo interminável, intrinsecamente processual. É um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotado, não uma situação definitiva, diante da qual não haveria o que descobrir” (DEMO, 1995, p. 23).

No que tange à particularidade das Ciências Humanas e Sociais, Demo nos diz que:

[...] uma das características das ciências sociais é de terem uma vinculação intrínseca com a prática [...] temos para as ciências sociais dois pontos relevantes: num primeiro momento, trata-se da aceitação de que a história acontece objetivamente, e não subjetivamente. A consciência é mais condicionada pela inconsciência do que ao contrário [...] Num segundo momento, trata-se da aceitação de que, onde existe possível interveniência humana, ela também é regular. Querer, decidir, planejar, perceber, tudo isto não se dá ao léu, na pura subjetividade, mas dentro de regularidades constatáveis (DEMO, 1995, p. 77).

Nas Ciências Humanas e Sociais o objeto de investigação é construído e não dado *a priori*.

A idéia de objeto construído significa, *num primeiro momento*, que não trabalhamos com a realidade, pura e simplesmente, de forma imediata e direta, mas com a realidade assim como a conseguimos captar. Temos da realidade uma visão mediada, ou seja, mediata. Vemos a partir de um ponto de vista. O problema do ponto de partida significa que não partimos sem ponto. (DEMO, 1995, p. 45-46).

Ainda com relação às perspectivas que orientam a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, Demo nos diz que: “[...] na verdade, não captamos a realidade, mas a *interpretamos*. Interpretar significa aceitar que na análise do fenômeno aparecem elementos que são menos do fenômeno do que do analista. Aparece a marca do cientista [pois] o dado não fala por si só pela boca de uma interpretação” (1995, p. 46, grifo do autor).

Com essa análise propiciada por Demo (1995), queremos ressaltar nosso entendimento da vinculação da pesquisa com a realidade social, a complexidade dessa, a impossibilidade de captá-la, visto que nossa subjetividade entra em ação ao analisarmos um fenômeno. Tudo isto produz limites nos esquemas explicativos oferecidos pelas propostas teóricas, e em consequência disso a provisoriedade do conhecimento.

A realidade por nós pesquisada refere-se a dos programas de curso das disciplinas que compõem a matéria básica Administração e Planejamento. Na pesquisa foi possível lidar com essa materialidade, ainda que sujeita às nossas interpretações como pesquisadora.

Entretanto, o processo de construção de objeto foi informado por uma série de aspectos que singularizaram nosso percurso profissional.

Após a qualificação do projeto, com as contribuições da banca e o processo de orientação, o objeto é redimensionado. Realizamos uma pesquisa empírica complementada por pesquisa bibliográfica.

A pesquisa empírica tem como técnica a análise de documentos; analisamos os programas das disciplinas que compõem a matéria básica Administração e Planejamento.

Nosso estudo se restringe aos cursos de Serviço Social na modalidade Presencial, desenvolvidos no Estado de Santa Catarina. Em princípio nossa intenção era de trabalhar com a região Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que compõe dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul, mas isto resultaria em um estudo de 49 cursos. Nosso recorte se restringiu ao estudo dos cursos do Estado de Santa Catarina, que tem 12 cursos cadastrados, mas 11 em funcionamento.

A busca dos cursos se deu por meio do sítio da ABEPSS que contém um cadastro com as instituições, com nome da coordenação, telefones e endereço eletrônico; embora algumas informações estivessem desatualizadas, elas foram de extrema importância por nos darem uma visualização do quantitativo dos cursos existentes no Estado. Após essa consulta, enviamos uma correspondência eletrônica para as instituições de ensino (Apêndice A), solicitando o envio dos programas das disciplinas na já referida matéria básica. Entretanto, algumas correspondências voltaram, diante disso, realizamos a visita ao sítio dos cursos e contatamos por telefone, o que nos permitiu ter as informações para que pudéssemos reenviar as correspondências.

Das 11 instituições para as quais enviamos a correspondência, somente uma não chegou a dar o retorno. Após recebermos os programas, procedemos à sua análise.

Complementando a pesquisa empírica, empreendemos também uma pesquisa bibliográfica, a qual nos permitiu qualificar os dados obtidos encorpando o objeto de

investigação, como é possível constatar tendo em conta a forma com que o trabalho está organizado. Os capítulos se estruturam em torno dos temas Serviço Social e Administração, visando cercar o objeto e responder à pesquisadora o que está além do problema de pesquisa metodicamente formulado: reflexão sobre a descontinuidade entre a teoria e a prática, ampliando o debate sobre a ação profissional.

2 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

2.1 ADMINISTRAÇÃO

2.1.1 Histórico da Administração

A seguir traçamos um histórico do campo da Administração, resultado da pesquisa bibliográfica empreendida, destacamos, entretanto, que se trata de uma pesquisa de alguém que não é do campo da Administração, mas sim do Serviço Social. A análise por certo apresenta alguns limites.

As teorias da Administração começam a se desenvolver entre o final do século XIX e o início do século XX. De acordo com Tragtenberg, a “[...] transição do capitalismo liberal para o monopólio, a transformação da empresa patrimonial em burocrática, a substituição da energia a vapor pela eletricidade, implica uma resposta intelectual: F.W. Taylor” (1980, p. 193).

O taylorismo, o fayolismo e o fordismo se constituem em perspectivas de gestão do trabalho que orientam a organização do trabalho.

Taylorismo, fayolismo e fordismo são expressões associadas aos nomes desses três autores [Frederick Taylor, Henri Fayol, Henry Ford] clássicos do pensamento administrativo. O termo “ismo” indica movimento, ou paradigma, que integra os enfoques técnico-científico e administrativo-burocrático, voltados para a organização e para o controle racional do trabalho industrial e operacional, bem como para a administração geral de empresas. Um complementa o outro e todos ajudam a entender o pensamento racional do Ocidente (NOGUEIRA, 2007, p. 115, grifo do autor).

Nogueira nos informa também que:

Tais pensadores colocaram em prática a noção de burocracia de Max Weber⁴ e aplicaram o racionalismo científico e experimental aos controles dos processos de produção e trabalho nas primeiras décadas do século XX. Suas idéias ocorreram em um importante período de mudança tecnológica, com a introdução dos motores

⁴ A influência de Max Weber na Administração é chamada de modelo burocrático. De acordo com Chiavenatto, (1983) este modelo ganha maior visibilidade a partir da década de 1940.

elétricos, da exploração e do uso do petróleo e seus derivados e com a expansão dos transportes e das comunicações, entre muitos aspectos da segunda Revolução Industrial (NOGUEIRA 2007, p. 115).

Nesse paradigma⁵ técnico-administrativo, os elementos objetivos precedem os subjetivos, e “[...] esta potencialidade do paradigma é também a sua fraqueza, porque são as pessoas que produzem os resultados reais de qualquer organização” (NOGUEIRA, 2007, p. 116).

De acordo com Vieira (1989), o taylorismo se caracteriza basicamente pela introdução da uniformização de métodos e instrumentos de trabalho, e do controle do tempo visando à sua redução para obter o máximo do trabalhador. A racionalidade taylorista expropria o trabalhador do seu saber através da padronização das tarefas e dos instrumentos de trabalho.

Aliada à expropriação tem-se também o fator da ideologia. Gurgel, com base em Maurício Tragtenberg, afirma que:

[...] Taylor introduziu valores ascéticos, ‘nível quaker’, no interior do sistema produtivo [...] De fato, esse nível – o nível quaker – já foi bastante observado em Taylor, como se reproduziu, tempos depois, em Ford e sua notória preocupação com o *trabalhador Ford*, um modelo de ascetismo, que não fuma não bebe, vai para a cama cedo e, *malgré hui*, é moderado no sexo. (GURGEL, 2003, p. 79, grifos do autor).

“Essas renúncias e comedimentos conformaram a mão-de-obra, no duplo sentido, para um tempo de elevada produtividade, respondendo a um tempo de grande demanda” (GURGEL, 2003, p. 79)⁶.

Em relação ao fordismo, afirma-nos Vieira: “A característica básica do fordismo, ou melhor, a síntese de todos os seus princípios, é a linha de montagem” (1989, p. 59).

O taylorismo/fordismo marca a história do século XX no que se refere à gestão do trabalho, influenciando organizações de modo geral. De acordo com Harvey, o que tornou Ford especial e o diferencia das elaborações do taylorismo está relacionado com:

⁵ Nogueira, baseado em Thomas Kuhn, informa-nos “[...] que paradigma é um conjunto de crenças compartilhadas por cientistas, uma espécie de acordo sobre como os problemas de determinado campo do conhecimento devem ser compreendidos” (2007, p. 103). Transpondo essa análise para o campo da tecnologia, Nogueira argumenta que quando a tecnologia (conjunto de conhecimentos para realizar ou produzir alguma coisa) muda, há conseqüências no contexto interno e externo das organizações. “A primeira Revolução Industrial teve como paradigma a máquina a vapor e suas modificações internas e externas; a segunda Revolução industrial o motor elétrico; e a terceira, a tecnologia da informação [...]. Um paradigma administrativo é uma referência ou matriz de condutas que inclui as atividades de planejamento, execução e controle, as técnicas e os procedimentos e adotados pelas empresas ao longo do tempo” (2007, p. 104).

⁶ Esta análise de Gurgel, sobre o ascetismo no sistema produtivo, pode ser aprofundada através do estudo de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de 1992.

[...] sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1994, p. 121).

Antonio Gramsci (1989) em suas *Notas sobre o americanismo e fordismo* nos dá conta do impacto do fordismo na vida social que vai além do espaço fabril. De acordo com Simionato, com o fordismo,

[...] assiste-se, assim a uma mescla fortíssima entre a esfera da produção e a esfera da reprodução. O capital invade a vida íntima dos indivíduos seja sob a forma acentuada de mercantilização da satisfação de necessidades, seja sob a forma de controle capilar do comportamento moral dos trabalhadores [...] A ideologia típica do americanismo, não por acaso expressa-se em um neopuritanismo que corresponde à exigência da luta sistemática contra o gasto de energias necessárias ao ato produtivo (SIMIONATO, 2004, p. 90-91).

O avanço das ciências sociais permite a suposição de que os fatores psicossociais e informais interferem na produtividade. E dessa busca se forja a escola de relações humanas na década de 1930, tendo Elton Mayo como o seu principal expoente. Essa psicologização, entretanto, faz um deslocamento do social-político para o psicológico, não dando possibilidade para que os trabalhadores desenvolvam a sua consciência de classe supondo antagonismo e conflito. “O poder pede para ocultar os conflitos no nível político, pois os conflitos nesse nível pressupõem a divisão do poder” (TRAGTENBERG, 1980, p. 188-189).

A escola de relações humanas significou a entrada do campo das Ciências Humanas e Sociais nas organizações, até então influenciada pela Administração clássica, campo que se constitui a partir da Engenharia, com os chamados engenheiros da Administração. Por meio de estímulos, Mayo procurou “[...] adaptar o indivíduo ao meio artificial criado pela empresa capitalista, sem transformá-la” (TRAGTENBERG, 1985, p. 198, grifo do autor).

A escola de relações humanas, denominada por Nogueira (2007) como paradigma humanista⁷, forma as bases para a consolidação do paradigma comportamental.

No paradigma humanista,

Pesquisas e experimentos sobre o tema evidenciaram que algumas variáveis ligadas à natureza humana podem interferir de modo expressivo no desempenho profissional. Entravam em cena as dimensões psicológicas, grupais, sociais e de

⁷ Na análise de Guimarães (1995), o avanço da escola de relações humanas está relacionado com as crises que a produção baseada no taylorismo, fayolismo e fordismo começam a enfrentar, é uma busca de saída para a crise que se expressa em absenteísmo, sabotagem industrial, greves, acidentes de trabalho, crescimento do movimento sindical e etc. A crise demonstra que o controle objetivo e ideológico não contém os trabalhadores.

organização informal, que conformariam as bases do paradigma humanista (NOGUEIRA, 2007, p. 131).

Essas pesquisas e experimentos, com base na dinâmica de grupo e na sociometria, abriram o campo para estudos sobre o comportamento humano, o denominado *behaviorismo na Administração*. A presença do paradigma humanista e comportamental não neutraliza o técnico-administrativo, e o desejo de igualar as duas dimensões (a humana e a técnica) contribuiu muito para o campo da gestão.

Os aspectos sociais e comportamentais trazidos para dentro das organizações são um fator influente e relevante na determinação do desempenho e da produtividade no trabalho. Esta constatação foi a principal descoberta do paradigma humanista e comportamental (NOGUEIRA, 2007, p. 132).

O movimento de relações humanas introduz elementos sutis de controle do trabalhador através da importância dada aos fatores psicológicos (motivacionais) e de interação social (relações de grupo) na maximização da produção.

No plano metodológico, a Escola das Relações Humanas é behaviorista, procura por intermédio de estímulos adaptar o indivíduo ao meio sem transformar o meio. Há ênfase, nos testes psicológicos aplicados pelos conselheiros, na *adaptabilidade* como categoria básica para medir o comportamento operário. Mayo fundou sua pesquisa de *Hawthorne* na recompilação de evidências diretas não fazendo, para tal utilização de hipóteses básicas. As teorias no âmbito da Escola de Relações humanas são construídas a partir de evidências diretas e não de um conjunto de hipóteses que são testadas ante a realidade. Nesse nível, *Mayo aparece-nos na linha do empirismo radical* (TRAGTENBERG, 1985, p. 85, grifo do autor).

Com essas experiências o fator humano ganha visibilidade. A escola de Relações Humanas de Mayo constitui-se em uma resposta intelectual à formação das grandes corporações em um grande sistema de indústria com grande concentração de capital. E é também uma *resposta patronal* ao surgimento das grandes centrais sindicais nos Estados Unidos da América. “Em Mayo encontramos a lógica da eficiência taylorista redefinida como lógica da cooperação; insere-se ele na tradição Taylor-Fayol: os interesses da administração *coincidem* com os interesses dos operários” (TRAGTENBERG, 1985, p. 197, grifo do autor).

Com a Escola de Relações Humanas, o controle dos trabalhadores passa a se dar de forma mais sutil. A perspectiva Taylor e Fayol cede lugar a uma forma indireta de exploração baseada na manipulação por meio de especialistas “[...] os quais por sua vez, são instrumentos manipulados pela direção das empresas, onde a força de trabalho é recrutada pelos chamados

conselheiros psicológicos, especialistas em relações humanas e relações industriais” (TRAGTENBERG, 1985, p. 197, grifo do autor).

Essas são as bases da gerência capitalista que compõem a Administração clássica. Para Tragtenberg, a teoria geral da Administração é ideológica, pois

[...] traz em si a *ambigüidade* básica do processo ideológico, que consiste no seguinte: vincula-se ela às determinações sociais reais, enquanto *técnica* (de trabalho industrial, administrativo, comercial) por mediação do *trabalho*; e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto *ideologia* (TRAGTENBERG, 1985, p. 89, grifo do autor).

Esse processo de ideologização da Administração aparece nas teorias de Taylor, Fayol, Mayo e Weber. Continuando sua análise crítica da teoria da Administração, o autor também nos informa que:

A teoria da Administração, até hoje, reproduz as condições de opressão do homem pelo homem; seu discurso muda em função das determinações sociais. Apresenta seus enunciados parciais (restritos a um momento dado do processo capitalista de produção) tornando absolutas as formas hierárquicas de burocracia da empresa capitalista ou coletivista burocrática onde capital, é encarado como bem de produção inerente ao processo produtivo, trabalho complementar do capital, a maximização do lucro objetivo da empresa, burocracia hierárquica, expressão natural da divisão do trabalho. A teoria Geral da Administração dissimula a historicidade de suas categorias, que são inteligíveis num modo de produção historicamente delimitado, são como expressão abstrata de relações sociais concretas, fundadas na apropriação privada dos meios de produção, que permitem a conversão do negro em escravo, a emergência do príncipe no pré-capitalismo, do burguês após a Revolução comercial, do cidadão da Revolução Francesa e do quadro no burocratismo soviético (TRAGTENBERG, 1985, p. 216, grifo do autor).

Mas reestruturação produtiva traz uma complexificação para a sociedade de maneira geral que afeta a Administração como área de conhecimento. Assim, para a abordagem clássica, surge como alternativa a abordagem neoclássica, expressa principalmente pela Administração por objetivos⁸.

A perspectiva clássica começa a enfrentar uma crise a partir de meados da década de 1970. A crise, que está relacionada com a necessidade do capitalismo de obter cada vez mais controle e lucro, continua, e a resposta a ela vem com a reestruturação produtiva, com o toyotismo, ou modelo japonês, que surge na década de 1950 no Japão. Os efeitos da

⁸ De acordo com Micklethwait (1998), a partir da reestruturação produtiva, o campo da administração foi marcado por freqüentes “novidades” baseadas não na pesquisa científica, mas nos interesses de mercado. A Administração se transformou num grande negócio, livros, palestras, consultorias.

reestruturação produtiva são sentidos na realidade brasileira a partir do final da década de 80, com a inserção da automação, da robótica e da microeletrônica (ANTUNES, 1995, 1999).

Fazem parte destas inovações tecnológicas a flexibilização do trabalho e o processo de terceirização. As empresas concentrando-se em sua missão terceirizam as atividades que se distanciam de sua atividade-fim, ou seja, aquelas que têm maior rentabilidade se produzidas por outros “parceiros”, essa escolha está geralmente relacionada com o baixo valor do trabalho.

Essa mudança de paradigma na produção se insere nas organizações para conter o avanço da classe trabalhadora, e como nos situa Nogueira (2007), enfatiza a participação do trabalhador, a qual visa conter a luta dos trabalhadores. Trata-se de uma grande ofensiva ideológica.

Entretanto, Leite (1993), em seu estudo intitulado *Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho*, valendo-se de uma idéia de Carole Pateman (1992), de antemão já nos alerta que só haverá uma forma de governo democrática se houver uma sociedade participativa, ou seja, uma sociedade onde todos os sistemas participativos tenham sido democratizados. Ainda baseada em Pateman, Leite assinala que a indústria é a área mais importante a ser democratizada.

A flexibilização do trabalho se caracteriza pela inserção massiva da tecnologia, e nesta análise não se considera apenas as máquinas ou os elementos materiais que entram na produção em substituição do trabalho humano, mas também os elementos ideológicos que passam a atuar e que se caracterizam pela persuasão e pelo consentimento passivo.

Todas essas mudanças que nos países de capitalismo avançado começaram a ocorrer a partir da década de 1980, de acordo com Antunes (1995), afetaram a materialidade e a subjetividade da classe que vive do trabalho.

É importante destacar que a adesão ao toyotismo⁹ na organização capitalista não descarta os pressupostos tayloristas/fordistas, eles se combinam desde que se possa “agregar” competitividade.

⁹ Outros aspectos que também merecem ser destacados no entendimento dos pressupostos da flexibilização é que toyotismo e japonização da produção não são sinônimos, a japonização está relacionada com aspectos culturais do Japão, e o toyotismo com o modelo de gestão propriamente dito; *kanban* e *just-in-time* são técnicas e não modelos de gestão, ou filosofia, embora o *just-in-time*, que se refere a zero estoque, zero defeito e zero desperdício, tenha um destacado lugar na composição do método toyota; outros conceitos que merecem um aprofundamento é o de polivalência e de multifuncionalidade, são duas facetas diferenciadas da exploração do trabalho. Na polivalência um mesmo trabalhador opera várias máquinas e diferentes. Na multifuncionalidade, um mesmo trabalhador opera várias máquinas, mas de mesmo tipo.

Para desmistificar as promessas da flexibilização, citamos Gurgel (2003, p. 136),

[...] a administração flexível não se revelou flexível. Sua concepção volta-se para o mercado das customizações e elege a qualidade/agregação de valor/melhoria contínua/obsoletismo ultra rápido como estratégia de marketing. Além disto, adota métodos e estilos gerenciais redutivos de custo e desempregadores. É uma concepção excludente da administração (GURGEL, 2003, p. 136).

O modelo japonês, colocado como alternativa, não faz essas mudanças, e sua proposta nada mais é do que a reprodução dos princípios da escola de relações humanas.

A participação dos empregados nas organizações é implementada a partir de uma transformação da política de recursos humanos no que tange aos seguintes aspectos: treinamento, enxugamento das estruturas de cargos e salários, diminuição de níveis hierárquicos e estabilização da “mão-de-obra”.

Entretanto, o investimento das organizações visando à participação está muito mais relacionado com o envolvimento do trabalhador com os objetivos da empresa do que com a formação de trabalhadores autônomos.

Leite (1993) conclui seu trabalho ressaltando que as análises trazidas por sua pesquisa não permitem com facilidade entender que as empresas brasileiras estariam democratizando as relações de trabalho.

Visto que já situamos nosso entendimento da teoria da Administração em uma perspectiva crítica, passemos agora à discussão das organizações.

2.1.2 As organizações

No que se refere à compreensão das organizações, a perspectiva de análise das organizações oriunda das Ciências Sociais, baseada em Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, tende a fazer uma análise mais abrangente a partir da sociologia, “[...] ora como contradição e crítica [Marx], ora como função e integração [Durkheim], ora como preocupação e ameaça ao homem [Weber]”. Já os representantes do pensamento da gestão e da Administração a vêem como um instrumento para obter produtividade e eficiência, por intermédio da atividade do administrador profissional. (NOGUEIRA, 2007, p. 78).

A análise das organizações transcende ao campo específico da Administração. Em nossa pesquisa verificamos que o entendimento das organizações e da burocracia deve ser

buscado através do estudo do Estado¹⁰, onde a burocracia ocorre com toda a sua pujança, conforme nos indica Tragtenberg. Ainda de acordo com esse autor, “A administração, enquanto organização formal burocrática, realiza-se plenamente no Estado, antecedendo de séculos ao seu surgimento na área da empresa privada” (TRAGTENBERG, 1985, p. 21).

Para o autor,

O capitalismo industrial, estruturando a empresa burocrática, encontrou, nos vários modelos da Teoria Geral da Administração, de Taylor aos estruturalistas ou sistêmicos, um modelo explicativo, no século XX, a transição das sociedades fundadas no capitalismo liberal para o capitalismo monopolista e a emergência da burocracia como poder funcional e político, elemento típico no plano meramente formal das civilizações orientais (TRAGTENBERG, 1985, p. 2).

Para tanto, Tragtenberg (1985) estuda o modo de produção asiático constituído pelas sociedades asiáticas, mexicanas e peruanas. Esse modelo, embora não tenha história, pois não é possível precisar a data em que existiu, e também porque não ocorreu de forma simultânea nessas sociedades, é histórico, pois existiu no passado histórico dessas sociedades. Ele surge no apogeu da civilização do bronze, e isto está relacionado com a invenção de novas técnicas de exploração da agricultura, o advento da moeda, do comércio e da religião, o que vem a caracterizar um maior domínio da natureza por parte do homem. De acordo com o autor, já nas primeiras cidades sumerianas podemos identificar vestígios da burocracia, que se

¹⁰ Considerando o espaço que a discussão do tema Estado tem no Serviço Social e sua intrínseca relação com o tema Organizações, julgamos pertinente algumas anotações. Para Bobbio (1987), a imposição da palavra “Estado” se deu a partir da propagação da obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, publicada em 1513, embora o uso da palavra possa ser encontrado não só no século XVI, mas no século anterior. A partir do trabalho de Maquiavel, o termo “Estado” vai lentamente substituindo os termos que tradicionalmente denominaram a organização de um grupo de indivíduos em um território e sob um poder de comando, a *polis*, a *res publica* e a *civitas*. Já no marxismo temos a mais conhecida teoria que sustenta o ideal de uma sociedade sem Estado (ENGELS, 1975), nessa perspectiva o Estado existe para defender os interesses da classe dominante, ele “[...] não é pois, de modo algum, um poder que se impôs a sociedade de fora para dentro: tampouco é a ‘realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento: é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não se consumam numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Esse poder, nascido, da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado”. (ENGELS, 1975, p. 191). O estudo dos clássicos, Marx, Engels, Lênin identificam o Estado como o conjunto de seus aparelhos repressivos, mas isto não diz respeito a uma visão unilateral ou anti-historicista, mas se relaciona principalmente com “[...] à natureza real do Estado com os quais se defrontaram Marx, Engels e Lênin” (COUTINHO, 1989, p. 75). No âmbito do marxismo, para a compreensão do Estado, temos a análise de Antonio Gramsci, que vai discutir o Estado como Estado ampliado (SIMIONATTO, 2004). A compreensão marxista do Estado ampliado está então relacionada com a complexidade da sociedade. Tal entendimento encontra respaldo no método dialético esboçado por Marx, quando ele ao discutir no texto *Introdução à crítica da economia política* nos diz “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, é unidade no diverso” (MARX, 1996, p. 39).

desenvolveu em torno dos templos e do rei, configurando a burocracia real. Esse processo foi favorecido pela invenção da escrita.

O modo de produção asiático para estabelecer-se pressupõe a existência de escassa divisão de trabalho entre campo e cidade, a transição da economia de consumo para a produção do excedente, levando à exploração do sobre-trabalho. A existência de uma autoridade suprema (o Estado, para saquear, guerrear e dirigir obras públicas); para tal o Estado deve ter a propriedade da terra. A burocracia confunde-se com o Estado, é composta pelos militares, elite intelectual, funcionários públicos (TRAGTENBERG, 1985, p. 28).

No que se refere às forças produtivas, ao trabalho humano e aos meios de produção no modo de produção asiático, Tragtenberg destaca o seguinte:

As forças produtivas que se acham na base do modo de produção asiático se caracterizam por uma maior utilização da força produtiva do *trabalho humano* dos *meios de produção*. O modo de produção asiático pressupõe uma superexploração da força de trabalho que compensa a subutilização das possibilidades tecnológicas (TRAGTENBERG, 1985, p. 29, grifos do autor).

Na modernidade Hegel foi um dos pioneiros no estudo da burocracia como poder administrativo e político no Estado e na corporação privada. Hegel formula o conceito de Estado “como organização acabada, considerado em si e por si, que se realiza pela união íntima do universal e do individual” (1940, p. 190 apud TRAGTENBERG, 1985, p. 22).

De acordo com o filósofo, o Estado “como realidade moral, como síntese do substancial e do particular, contém o interesse universal enquanto tal, que é sua substância, deduzindo-se então, ser o Estado, a instância suprema que elimina todas as particularidades no seio de sua unidade” (HEGEL, 1940, p. 218 apud TRAGTENBERG, 1985, p. 22).

Tragtenberg assinala que o entendimento de Hegel da burocracia e sua ligação com o Estado baseia-se em Aristóteles, Maquiavel, Hobbes e Montesquieu, mas “[...] o tratamento que Hegel dá ao tema [...] obedece ao seu panlogismo – a História como resultado do automovimento da idéia; tal não é evidentemente o ponto de vista de Aristóteles” (TRAGTENBERG, 1985, p. 45).

Hegel procura sintetizar na corporação (entendida como burocracia privada) e no Estado (entendido como burocracia pública acabada), as múltiplas determinações que levam à tensão entre o interesse particular e o universal do Estado: na existência da burocracia que pressupõe as corporações, ela, enquanto burocracia estatal, é o formalismo de um conteúdo situado fora dela: a corporação privada (TRAGTENBERG, 1985, p. 23).

Assim,

O Estado com seu formalismo pode opor ao *interesse geral* (com a burocracia) como instrumento às corporações (interesses privados), representadas por latifundiários, industriais, operários, camponeses. A burocracia representa no esquema hegeliano certas corporações ou sua combinação. Além de ser um instrumento das classes dominantes, a burocracia tem efeitos de permanência subsistindo com nível relativo de autonomia (TRAGTENBERG, 1985, p. 23, grifo do autor).

Tragtenberg assinala que, diferentemente das burocracias patrimoniais existentes na história (Egito, China, Roma e Bizâncio), na Europa Ocidental a burocracia capitalista funda-se na economia capitalista, que se pauta por uma crescente divisão e racionalização do trabalho.

Pois com a Revolução Industrial temos uma

[...] alteração das condições de produção, substituição da manufatura pela fábrica, absorção do êxodo rural na nova mão-de-obra industrial, transferência de capitais do campo à cidade e aproveitamento dos resultados das ciências naturais do universo industrial (TRAGTENBERG, 1985, p. 58).

Analisando as condições do surgimento da empresa capitalista, a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, da Revolução Francesa e do desenvolvimento disso tudo na Alemanha, Tragtenberg assinala:

[...] tal processo determinará uma resposta intelectual: serão as teorias de Saint-Simon, Fourier e Karl Marx. É a contestação a uma sociedade onde aparece a fábrica como unidade produtiva básica, articulada com a livre utilização da mão-de-obra proletária, oriunda da expropriação do campesinato rural e do artesanato urbano (TRAGTENBERG, 1985, p.193).

Tendo como análise o século XIX, o autor destaca que a Alemanha, comparada com outros países da Europa (Inglaterra e França), era o mais burocrático, e isto está relacionado com a fragilidade do poder político da burguesia nacional daquele país.

No contexto da Alemanha, no final do século XIX,

[...] após a unificação do Reich sob Bismarck, quando a burguesia dominando a vida econômica, abandona a direção do país a grupos estamentais que ela tem dificuldade de controlar.[...]. É provavelmente o caráter retardatário e rápido da Revolução industrial alemã que explica essa falha de uma burguesia que não soube assumir as responsabilidades que lhe impunha sua preponderância no aspecto econômico (TRAGTENBERG, 1985, p. 94).

É provavelmente em função dessa realidade da Alemanha que o destaque para o estudo da burocracia no período da formação econômica e social do capitalismo seja dado a dois alemães, Hegel na filosofia e Weber na sociologia, a partir do estudo da burocracia prussiana comparada à burocracia capitalista.

As elaborações de Max Weber sobre a burocracia tangenciam o nosso objeto de pesquisa, pois é “[...] na Alemanha de Bismarck a Weimar se dá a passagem da Teoria da Administração para a Sociologia da Organização com Max Weber” (TRAGTENBERG, 1985, p. 199).

O referencial weberiano é apresentado como panacéia quando o dilema é o entendimento das organizações. Em nosso trajeto investigativo, o parco conhecimento do referencial weberiano suscitava a expectativa de que o estudo desse referencial, das lógicas de dominação e em particular da burocracia, assunto tratado em sua obra *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (WEBER, 2004), fornecer-nos-ia os elementos de análise necessários para o entendimento das organizações. Concordamos que o estudo desse clássico da Sociologia deva compor a formação profissional. Entretanto, o estudo que Weber faz da burocracia precisa ser apropriado de forma crítica.

A dualidade da realidade alemã é vivida por Weber no seu labor sociológico: a separação das esferas do político e o econômico; a dialética das formas de dominação oscilando entre o carisma e a burocracia; a dominação do *ethos* burocrático na vida política alemã e o recurso ao *carisma plebiscitário* que Weber qualifica como fenômeno inextirpável na democracia de massas; a posição política da Alemanha entre o convencionalismo anglo-saxão e o despotismo russo; a não superação das contradições levará a Alemanha a uma solução autoritária. No plano individual, tal impossibilidade levará Weber aos limites da razão (TRAGTENBERG, 1985, p. 107).

Max Weber, valendo-se do “tipo ideal”, estudou as três formas de dominação legítima. Cohn assinala que o estudo do tipo ideal

[...] corresponde ao pressuposto de que a realidade social só pode ser conhecida quando aqueles traços seus que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, para em seguida se poderem formular com clareza as questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados (1986, p. 8).

Para o autor, Weber vai apurando cada vez mais a busca daquilo que é específico do mundo ocidental moderno. “[...] a presença do capitalismo organizado em moldes racionais e a racionalização da conduta em todas as esferas da existência humana” (COHN, 1986, p. 15).

Ainda na análise de Cohn, uma das mais importantes contribuições de Weber refere-se à sua análise do seguinte aspecto:

[...] da tendência, em qualquer tipo de dominação, para o aparecimento de um quadro administrativo encarregado de implementar o cumprimento e a aceitação como legítima da vontade dos dominantes, e examina a dinâmica das relações entre dominantes, quadro administrativo e dominados (COHN, 1986, p. 31).

Weber é um pensador polêmico. Para Löwi:

Max Weber não deveria ser considerado um autêntico sociólogo positivista: suas concepções metodológicas são bastante distantes do positivismo e, certos aspectos, diretamente contraditórias em relação a ele. Mas sobre um ponto *capital* há uma convergência entre sua teoria da ciência e a teoria dos positivistas: *o postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais*. Na realidade, foi ele quem formulou o postulado de forma precisa e sistemática, mais rigorosa que os vagos desejos dos positivistas do século XIX (1994, p. 33-34, grifos do autor).

Para o autor, há um vínculo entre valores e fatos que não é lógico, mas sociológico, e o conhecimento ou desconhecimento dos fatos que pode influenciar as opções práticas, éticas, sociais ou políticas de certos grupos ou camadas sociais.

Assim,

[...] Os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe, as ideologias, utopias e visões dos grupos sociais influenciam de forma decisiva, - direta ou indireta, consciente ou não - o conjunto da atividade científica e *cognitiva* no domínio das ciências sociais. Isto é tanto a problemática como a pesquisa *empírica* dos fatos e de sua causalidade, assim como sua *interpretação* social e histórica do conjunto (LÖWI, 1994, p. 41, grifo do autor).

Baseado em Lucien Goldmann, Löwi (1994) nos diz que Weber está no meio do caminho (entre o positivismo e o marxismo) no que se refere ao entendimento da determinação social do pensamento sociológico.

Comparando Weber e Durkheim, o autor nos afirma que:

[...] enquanto o sociólogo francês expressa o otimismo de uma burguesia ainda ameaçada pelo proletariado, o pensador alemão diante de um movimento operário que reivindicava o marxismo, perdeu este otimismo ingênuo: é obrigado a tomar em consideração o marxismo e a se ocupar dos problemas de método que Durkheim ignorava *desdenhosamente* (LÖWI, 1994, p. 34).

A teoria da ciência social de Weber está no pólo oposto a de Durkheim no que tange à exigência de afastar as prenoções, entretanto, “é na segunda versão de sua *wissenschaftslehre*

que analisa as condições de possibilidade de objetividade do conhecimento científico-social que ele vai se aproximar do positivismo” (LÖWI, 1994, p. 37).

Assim no entendimento do autor:

Poderia se resumir a *démarche* de Weber nos seguintes termos: sua teoria da *wertbeziehung* das questões é de tendência historicista; sua teoria de *wert-freiheit* (neutralidade axiológica ou ‘sem julgamento de valor’) das *respostas* é de orientação positivista. O resultado desta dualidade é, e em nossa opinião, uma contradição irresolúvel no próprio coração de sua teoria da ciência (LÖWI, 1994, p. 37).

Ainda a respeito da neutralidade axiológica weberiana, Tragtenberg nos informa que ela é fundada em Kant, baseia-se na autonomia da vontade. A posição diante dos valores se orienta pela opção individual. A ação requer objetividade “[...] que é tanto mais racional quanto mais parcial for a pesquisa. Por isto a compreensão da sociologia de Weber implica a compreensão de sua sociologia política, precisamente” (TRAGTENBERG, 1985, p. 114).

Já Löwi destaca que dois aspectos devem ser levados em conta para se discutir precisamente em Weber a “separação entre julgamento de fato e julgamentos de valor” [para isto] “é necessário distinguir dois aspectos que se tende geralmente a confundir: 1) a não dedução dos fatos a partir de valores; 2) a não dedução dos valores a partir dos fatos” (LÖWI, 1994, p. 37).

A doutrina de Weber da ciência social baseia-se na idéia da não dedução dos fatos a partir de valores, ou seja, é axiologicamente neutra (LÖWI, 1994).

Assim:

Os valores determinaram as questões da investigação, mas as respostas devem ser estritamente *Wert-frei*; o objeto da pesquisa foi definido a partir de um ponto de vista valorativo, mas a *démarche* concreta da pesquisa científica sobre este objeto é submetida a regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta; os valores forjaram nossos instrumentos conceituais, mas a forma de utilizá-los no estudo científico da causalidade é regida por normas gerais. Os pressupostos das ciências culturais são subjetivos, mas isso não tem por consequência absolutamente que os *resultados* da pesquisa foi definido devam ser, eles próprios, ‘subjetivos’, isto é válidos para uns e não para outros. (LÖWI, 1994, p. 37-38).

Sobre a os valores no pensamento weberiano, assim se pronuncia Tragtenberg:

O problema dos valores é básico nas Ciências Sociais, em que ele tem um valor *constitutivo*. Weber funda-se em Rickert, para distinguir juízo de valor e relação de valor. A distinção é que permite, para Weber, delimitar a área de pesquisa nas Ciências Sociais. Os valores aparecem como critério de escolha para estabelecer a área da pesquisa e a sua direção; a referência a valor constitui o *significado* do processo que é objeto da Ciência Social. Na sua base há sempre a premissa de

valores, variáveis e historicamente condicionados. Para Weber tal premissa é subjetiva, na medida em que representa o ponto de partida extracientífico e não um *resultado* da pesquisa. No campo interno dessas premissas de valor, é possível proceder à determinação da relação empiricamente válida, individualizar a relação causal que garante a objetividade da pesquisa (TRAGTENBERG, 1985, p. 112, grifo do autor).

Para Weber, as escolhas feitas para o estabelecimento do tipo ideal não incidem e não interferem no resultado da pesquisa. Ele não reconhece que a “neutralidade não é suficiente para preservar qualquer pesquisa de juízos de valor” (TRAGTENBERG, 1985, p. 113).

[...] Weber distingue a esfera da política onde domina a força e a luta das esferas de outros valores; todos os valores estão sujeitos à lei de contrastes. *Quando Weber nega juízo de valor, ele o faz em nome de certos valores.* Seu ascetismo em relação a juízos de valor decorre de outro juízo de valor (TRAGTENBERG, 1985, p. 114).

Na análise de Löwi, Weber foi muito influenciado pelo historicismo, que é uma “[...] corrente que dominou o pensamento alemão durante um século e meio, e do qual proveio a sociologia do conhecimento (como disciplina universitária)” (1994, p. 65). Tal corrente amplia o debate entre positivismo e marxismo quando se trata da relação ideologia e conhecimento nas Ciências Sociais.

A Teoria da Ciência de Weber, definindo a *neutralidade axiológica*, separando juízos de valor de juízos de realidade, é *ideológica* na medida em que constitui representação do intelectual burguês que procura participar miticamente das mudanças sociais, buscando a *coincidência* entre estas mudanças e seu objetivo ideal: o ideal da Ciência sem pressupostos (LÖWI, 1994, p. 211).

A grande questão é que o ponto de partida da sociologia weberiana e o indivíduo no conceito de ação social “mesmo as formações como Estado, empresa ou sociedade anônima aparecem a ele como produto de *entidades individuais*, ou melhor, são palcos onde se define a ação social de uns quantos *indivíduos*” (TRAGTENBERG, 1985, p. 114, grifo do autor).

[...] seu socialismo, por meio de cooperativas dirigidas pelo Estado, advém de seu idealismo. Weber defende o idealismo das opções do político em relação a valores, mas é impossível dirigir a realidade somente com idéias: uma teoria se torna força material quando é apreendida pelas massas e Weber estava afastado delas (TRAGTENBERG, 1985, p. 153).

Weber não considera a interação dialética que há entre o político e o econômico. “A contradição fundamental na obra de Weber reside entre seus postulados metodológicos presos ao neokatismo e sua sociologia histórica das formas de dominação, onde dialoga com a sombra de Marx” (TRAGTENBERG, 1985, p. 162).

Weber, no plano metodológico, insere-se no *idealismo filosófico*; no plano da análise da ética das religiões, no *idealismo histórico*; na sua procura de uma elite à altura da Alemanha, com vocação política oriunda de uma burguesia sem capacidade de exercer o poder, acentua o *idealismo político* (TRAGTENBERG, 1985, p. 163, grifo do autor).

Segundo Tragtenberg, numa análise detalhada da obra de Weber, podemos verificar que o ethos do liberalismo percorre toda a sua obra, e isto influenciará o seu estudo da burocracia.

Na medida em que Weber, adepto da democracia liberal, estuda a burocracia como padrão ótimo de dominação pela impessoalidade de sua ação, continuidade e eficiência, possuindo competência fundada num saber especializado, portanto acessível a poucos, a burocracia representa uma democratização *passiva* (TRAGTENBERG, 1985, p. 183, grifo do autor).

Tragtenberg assinala que

Enquanto Weber, na sua análise da burocracia, preocupa-se com a enumeração de critérios que a constituem, parece-nos fundamental estudá-la na sua dinâmica interna, isto é, a maneira pela qual ela estrutura suas raízes na sociedade e o princípio em torno do qual ela aumenta seu poder (1985, p. 189, grifo do autor).

O autor ressalta ainda que a “racionalização não conduz necessariamente à burocratização¹¹, pois a primeira se processa num regime fundado na exploração, e a burocratização é um sistema de dominação” (TRAGTENBERG, 1985, p. 188).

Nesta seção trouxemos uma análise do pensamento weberiano a partir de uma perspectiva crítica, visando apreender os pressupostos que orientam o referencial desse teórico, a quem é muitas vezes atribuído o saber no que se refere ao funcionamento das organizações. Apesar de todas as ressalvas que se possa fazer ao método da sociologia de Weber, ela de fato fornece grande contribuição à teoria da Administração, no âmbito da sociologia das organizações, sua análise, entretanto deve ser apreendida de forma crítica.

¹¹ Algo que merece ser mencionado é que a burocratização não é uma peculiaridade da economia capitalista. Tragtemberg, em sua análise da URSS, assinala também que “[...] a direção da industrialização levada a efeito pela burocracia do Partido Comunista que monopolizou, o poder articulando as burocracias ao nível de organização hospitalar, escolar, militar, tomou a forma de um *coletivismo burocrático*” (1985, p. 187, grifo do autor).

2.1.3 A racionalização do trabalho

Após essa análise do tema Organizações, trataremos agora da racionalização do trabalho e iniciaremos com o conceito de cooperação.

Motta, ao discorrer sobre os modos de produção, informa-nos que na base de qualquer modo de produção estão intimamente vinculadas as relações sociais de produção e as forças produtivas, e entre essas estão as formas de cooperação, que de acordo com o autor: “[...] o estudo é particularmente necessário para o entendimento das organizações, porque criam a função administrativa e, portanto, o ordenamento social que caracteriza essas instituições” (1981, p. 11).

Para Marx, “[...] chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1980, p. 374).

O autor analisando o processo de cooperação nos informa que:

A cooperação no processo de trabalho que encontramos no início da civilização humana, nos povos caçadores ou, por exemplo na agricultura de comunidades indianas, fundamenta-se na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância de o indivíduo isolado estar preso à tribo ou à comunidade como a abelha esta presa à colméia. Distingue-se da cooperação capitalista, sob dois aspectos. O emprego esporádico da cooperação em larga escala no mundo antigo, na Idade Média e na colônias modernas, baseia-se em relações diretas de domínio e servidão, principalmente na escravatura. A cooperação capitalista, entretanto, pressupõe, de início o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, desenvolve-se em oposição a economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuem estes ou não a forma gremial. Nesse confronto, a cooperação capitalista não é manifestada como forma histórica especial de cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificamente (MARX, 1980, p. 384)

A cooperação não diz respeito à elevação da força produtiva individual, mas sim da

[...] criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva. Pondo de lado a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa forma comum, o simples contacto social, na maioria dos trabalhos produtivos, provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um [...](MARX, 1980, p. 374-375).

Continuando sua análise, Marx nos diz que:

Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige com maior ou menos intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados. Um violinista isolado comanda a si mesmo, uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo. Enquanto função específica do capital, adquire a função de dirigir caracteres especiais (MARX, 1980, p.380).

Marx afirma que o fato de o trabalho estar sob o comando do capital faz conseqüentemente com o que o trabalhador não trabalhe para si próprio, mas sim para o capitalista, ficando sob seu controle.

Com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção. O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha (MARX, 1980, p. 379).

O objetivo do processo de produção capitalista é a expansão do capital, com maior produção de mais-valia e maior exploração da força de trabalho. Mas,

[...] com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados cresce sua resistência e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse processo; além disso, ela se destina a explorar um processo social, e, por isso tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Com o volume dos meios de produção que se põem diante do trabalhador como propriedade alheia, cresce a necessidade de controlar adequadamente a aplicação desses meios. (MARX, 1980, p. 380).

E com o desenvolvimento desse processo, “ [...] o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e continua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores isolados, entregando-a a um tipo especial de assalariados” (MARX, 1980, p. 381).

A força produtiva coletiva nada custa ao capitalista, pois o capitalista paga pela força de trabalho individual, mas “[...] não sendo ela [...] desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente ao capital” (MARX, 1980, p. 382).

A cooperação atravessa os modos de produção, na história podemos identificar “[...] a cooperação simples, a cooperação manufatureira e a cooperação industrial como base das

unidades econômicas de sistemas diversos. Ao capitalismo correspondem as duas últimas formas (MOTTA, 1981, p. 11).

De acordo com Bottomore,

A cooperação existe nos modos de produção anteriores, mas só no capitalismo pode ela ser sistematicamente explorada, graças à disponibilidade de trabalhadores assalariados que podem ser reunidos em grande número [...] O trabalho em cooperação requer uma influência organizadora em quaisquer circunstância, mas, para a produção capitalista, esse papel organizador está inseparavelmente ligado ao papel de disciplinar trabalhadores no processo de trabalho com vistas à extração da mais-valia (BOTTOMORE, 2001, p. 81).

A cooperação simples, presente no modo de produção asiático, nas civilizações antigas (China, Índia, Egito, Mesopotâmia e Peru), diz respeito “[...] a reunião de trabalhadores para a realização de tarefas que não poderiam ser feitas individualmente. Não há aqui, propriamente, divisão de trabalho nem introdução de máquinas” (MOTTA, 1981, p. 11).

O autor adverte, entretanto, que “[...] mesmo com um mínimo de divisão de trabalho, não ocorrendo propriamente o estabelecimento de operações claras a serem repartidas entre operários para posterior integração, estamos diante de cooperação simples” (MOTTA, 1981, p. 12).

O modo de produção capitalista fundamenta-se no trabalho coletivo e as “[...] formas de cooperação, que se vão estabelecendo [da manufatura e da indústria], constituem a base das instituições e das formas administrativas que o caracterizam” (MOTTA, 1981, p. 13).

A cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Predomina como forma característica do processo de produção capitalista durante o período manufatureiro propriamente dito, que, a grosso modo, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII (MARX, 1980, p. 386).

Na manufatura a cooperação se caracteriza pela inserção de técnicas de organização, pelo trabalho parcelado, pela separação das funções de direção das de execução, separação entre trabalho material e intelectual e pela mais-valia.

Na medida em que a manufatura transforma o processo produtivo em processo coletivo, através da formação do trabalhador coletivo, surge com ela a necessidade da coordenação da mão-de-obra, função diretiva [...]. Assim a necessidade de coordenação é algo que se impõe, não pela necessidade do trabalho, mas pela necessidade de dominação requerida pelo capital (MOTTA, 1981, p. 13).

Na manufatura, predomina o trabalho manual, parcelar, mas feito pelos próprios trabalhadores. Entretanto, “A cooperação na indústria representa uma forma de cooperação onde a subordinação do trabalho ao capital é mediada por formas mais sutis e complexas” (MOTTA, 1981, p. 15).

Há a subordinação técnica, pois o trabalho é transferido para máquina e o trabalhador perde o controle; há subordinação organizacional em função do aumento da concentração das decisões e também da separação entre trabalho intelectual e manual. E com a inserção das máquinas surgem novas funções administrativas que antes não existiam.

Com isto a “A heteronomia dirigente-dirigido torna-se mais generalizada. Os trabalhadores são vigiados em sua cadência de trabalho, em sua interdependência e em seu comportamento” (MOTTA, 1981, p. 15).

Ainda de acordo com o autor:

A função diretiva torna-se mais complexa e mais capaz de legitimação pela eficiência. O saber especializado ganha seu primado, mas inclui o saber administrativo como condição de detenção de poder decisório. O conhecimento propriamente técnico dá lugar a um conhecimento mais político, na medida em que se aproxima dos cargos de direção. Vigiar e punir, ou recompensar, constituem aspectos desse saber, que torna mais sutil a dominação, quanto mais afastada da base (MOTTA, 1981, p. 16).

A separação entre concepção e execução do trabalho e a conseqüente criação de diferentes níveis hierárquicos é o que constitui a heterogestão, e esta atua como um sistema da burocracia, que serve ao capitalismo, visando garantir a sua reprodução em nível ampliado.

No capitalismo tradicional, o monopólio do saber pelo proprietário é quase completo. A história da formação das fábricas, a partir das manufaturas e da substituição do *putting-out system*, é um testemunho da desapropriação crescente do produtor de qualquer função diretiva sobre seu trabalho. Reduzido a tarefas parcelares, o trabalho deixou de ser um ofício, deixou de incorporar um saber (MOTTA, 1981, p. 22).

A heterogestão, na racionalização do trabalho, da economia capitalista, atua como um elemento fundamental da burocracia, usurpa o poder da coletividade. A burocracia se legitima pelo saber que é desapropriado do trabalhador.

A heterogestão não é senão o sistema administrativo que explicita de forma mais clara a relação dominante-dominado que permeia a estrutura organizacional e social. Assim, a heterogestão não apenas funciona como reprodutora das relações sociais, como também as naturaliza na medida em que a separação dominante-dominado ou dirigente-dirigido é fundamental em todo ordenamento social (MOTTA, 1981, p. 24).

Taylor e Fayol “como ideólogos da reprodução do trabalho simples fundado na indústria mecanizada, [...] traduzem no plano administrativo, a impessoalização burocrática definida pelo enunciado das tarefas e por sua especialização. As pessoas alienam-se nos papéis: estes se alienam no sistema burocrático” (TRAGTENBERG, 1985, p. 196).

Na definição de Taylor, a burocracia nasce das condições técnicas de trabalho, em razão da separação entre as funções de execução e planejamento. A organização predomina sobre o homem, e o único fator motivador é o monetário (TRAGTENBERG, 1985).

O ethos burocrático taylorista, que é depois complementado por Fayol, baseia-se na separação entre direção e execução, é marcado pela autoridade monocrática e pelo acentuado formalismo, e pela visão de que os interesses do operário são os mesmos da Administração (TRAGTENBERG, 1985).

[...] O fayolismo representa a transposição da disciplina militar para a indústria, – unidade de comando – indústria continua Taylor na sua política de remuneração do trabalho. Ela deve servir à reprodução da força de trabalho, dogma de uma sociedade pré-consumista. A retribuição ao trabalho não deve pecar por excesso (TRAGTENBERG, 1985, p. 196).

Nas grandes corporações modernas cumpre às gerências assegurar a harmonia não só entre operários e capitalistas, mas também entre acionistas, fornecedores e técnicos (TRAGTENBERG, 1985).

Para finalizar nossa discussão com a reestruturação produtiva, houve uma mudança na forma de gestão do trabalho, mas o trabalho continuou heterogerido, e com a revolução tecnológica a inserção de máquinas potencializa a racionalização do trabalho.

Agora que já nos situamos no campo da Administração, nosso esforço se conduziu para apresentá-la em uma perspectiva crítica; passaremos a seguir a discutir o Serviço Social.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL

2.2.1 Contextualização da profissão

Tendo em vista o objeto desta pesquisa, avaliamos como pertinente fazer uma contextualização da profissão. O surgimento do Serviço Social na realidade brasileira está relacionado com a eclosão da questão social (IAMAMOTO, 1997), o que por sua vez tem origem a partir da “[...] generalização do trabalho livre numa sociedade que a escravidão marca profundamente seu passado recente [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 127). Esses fatos marcam a primeira república, nas duas primeiras décadas do século XX, quando começa a se consolidar a indústria capitalista no Brasil.

A respeito do processo de industrialização no Brasil, é importante ressaltar que ele é marcado por peculiaridades, pois

[...] A separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente os seus desdobramentos (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 127).

As relações de trabalho têm uma substancial mudança, e a força de trabalho passa a ser mercadoria, “[...] e apesar do caráter aparentemente individual desta vinculação, é aqui que aparece ainda mais claramente o seu conteúdo social [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 128).

Como vendedor livre de sua força de trabalho – a certo estágio de desenvolvimento da exploração capitalista – sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital. Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social através de uma “verdadeira guerra civil” que trava com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 128).

Como resultado da exploração abusiva do capital, o operariado se organizou, e isto se constituiu numa ameaça aos sagrados valores da classe burguesa “a moral, a religião e a ordem pública” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 128).

Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 128).

Os movimentos sociais desencadeados pelo proletariado visando à conquista da cidadania social têm como efeito as leis sociais.

Aqueles movimentos refletem e são elemento dinâmico das profundas transformações que alteram o perfil da sociedade a partir da progressiva consolidação de um pólo industrial, englobando-se no conjunto de problemas que se colocam para a sociedade naquela altura exigindo profundas modificações na composição de forças dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais. O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento a nível de Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 128).

É esse o contexto do surgimento do Serviço Social. Essa análise, entretanto, só encontraremos na produção científica da área a partir da década de 1980, com a publicação da obra aqui utilizada como referência (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985), publicada inicialmente em 1982. Esse é um dado que não pode ser menosprezado em nossa análise da profissão e no entendimento dos processos que têm orientado a formação profissional.

Retomando a discussão sobre o contexto de surgimento da profissão, a questão social, na década de 1930, passa a ser alvo de interesse dos segmentos dominantes, do Estado e também da Igreja. Para a Igreja, baseada nas encíclicas *Rerum Novarum e Quadragésimo Anno*, “[...] a ‘questão social’ antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*”. A Igreja compartilha com o Estado ações visando conter a questão social, com a “[...] tarefa de recristianização da sociedade através de grupos sociais básicos, especialmente a família [...]”, cabendo ao Estado “[...] preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda tutelar direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo”, mas sem negar a independência da sociedade civil. A ação doutrinária da Igreja visa conter as influências das idéias socialistas no proletariado, propondo como alternativa um *comunitarismo cristão* (IAMAMOTO, 1997, p. 18, grifo da autora).

A partir da industrialização cabe ao Estado o papel de agente regulamentador, papel que ele não cumpre e relega à sociedade.

A implantação do Serviço Social não terá como base ações coercitivas oriundas do Estado, ele surgirá “[...] da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 129).

Com essa origem, o recrutamento e a formação dos agentes sociais seguem a ideologia católica, sendo o substrato que alimenta o imaginário profissional fornecido pela Igreja. O Serviço Social:

[...] aparece como uma das frentes mobilizadoras para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de *soerguimento moral* da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as ‘massas atomizadas social e moralmente’, busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano (IAMAMOTO, 1997, p. 19, grifo da autora).

Assim:

Se as leis sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois na ausência quase total de uma demanda a partir das outras classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim como uma imposição (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 129).

O Estado não assume a questão social, a legislação social é tímida, e isto está relacionado com a própria constituição da classe operária brasileira, “[...] uma minoria fortemente marcada pela origem européia, social e politicamente isolada, inclusive das outras classes dominadas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 136).

O empresariado também não demonstrava preocupação com o social, isto só aparecerá após a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil vive a desagregação do Estado Novo, naquele período inclusive as conquistas da legislação social sofriam pressão do empresariado, a lei de férias, por exemplo, não era entendida como um direito do trabalhador braçal (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985). Por outro lado, para conter a organização proletária, esse empresariado desenvolve uma política assistencialista no âmbito das empresas. Assim,

[...] apesar de as obras de benemerência ou donativos e legados importantes a obras de caridade serem uma atividade pouco comum entre o empresariado, a maioria das empresas de maior porte propiciava a seus empregados – de forma mais ou menos

ampla – uma série de serviços assistenciais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 141).

Essa caracterização da prática social do empresariado brasileiro está diretamente relacionado com o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social.

O surgimento da profissão está relacionado com a eclosão da questão social na sociedade capitalista, que é entre outras coisas um efeito da forma como as relações de trabalho se estabelecem, diferentemente do trabalho na sociedade medieval.

Netto, baseado em Cerqueira Filho (1982, p. 21), esclarece-nos que: “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (2005, p, 17).

O Serviço Social surge para atuar com trabalhadores empregados e desempregados. Surge como profissão para atender às necessidades de manutenção do capitalismo, notadamente aquelas relacionadas com a reprodução da força de trabalho, mas na sua ação como sujeito histórico não tem se limitado a isto.

O movimento de reconceituação, na América Latina, é a expressão de uma reação da profissão às influências externas. Mas ele não aconteceu apenas no nosso continente, em outros países a profissão estava em um processo de questionamento. Para Netto (2005b), esse movimento se inscreve em processo mundial.

No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como ‘Serviço Social tradicional’: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005b, p. 6).

Mas a reconceituação, em função do Golpe Militar de abril de 1964, sofre uma inconclusividade (NETTO, 2005b).

Assim, o processo de renovação do Serviço Social, deflagrado pelo movimento, faz-se em meio à autocracia burguesa.

Ainda de acordo com esse o autor, esse processo de renovação que se consolidou ao longo dos encontros de Araxá, que ocorreram em 1967, o de Teresópolis, em 1970, e o de Sumaré, em 1978, desenvolveu-se em três direções: a perspectiva modernizadora, que como afirma o autor consiste em:

[...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge de sua formulação exatamente na segunda metade dos anos 60 – seus grandes monumentos sem dúvida são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis. [...] registram-se avanços inequívocos, com aportes extraídos do back-ground pertinente ao estrutural funcionalismo [...] (NETTO, 1998, p. 154-155).

A outra perspectiva é denominada por Netto de reatualização do conservadorismo,

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados a tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. [...] a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma inspiração fenomenológica (NETTO, 1998, p.157).

E a terceira perspectiva, afirma Netto, “[...] é a perspectiva que se propõe como intenção de ruptura com o Serviço Social ‘tradicional’” (1998, p. 159).

Ao contrário das anteriores esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista, quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro (NETTO, 1998, p. 159).

As direções indicadas por Netto (1998) representam as tendências teórico-metodológicas que compuseram o Serviço Social até 1996, até a aprovação das novas Diretrizes Curriculares, as quais são: o funcionalismo (modernização conservadora), a fenomenologia (reatualização do conservadorismo) e a dialética (intenção de ruptura).

Mas é no III CBAS, em 1979, conhecido como “CBAS da Virada”, que se proclama a ruptura com o conservadorismo.

O surgimento do Serviço Social, está relacionado com a iniciativa de grupos ligados aos segmentos dominantes, este grupos “[...] se expressam através da Igreja, como um desdobramento do movimento do apostolado leigo” (IAMAMOTO, 1997, p. 19). O substrato ideológico que alimenta o imaginário profissional é fornecido pela Igreja.

A respeito da origem de classe que compõe o Serviço Social, enquanto nos primórdios era composto de profissionais advindos de classes abastadas formadas pela Igreja, com o

processo de “secularização relativa” e de profissionalização, de acordo com Iamamoto, “[...] os assistentes sociais passam a ser provenientes, em grande medida, dos setores médios urbanos, que através da profissão universitária buscam ascender socialmente e obter meios de sobrevivência por meio de uma atividade remunerada”. E isso é o que nos interessa nesta pesquisa,

[...] busca-se também uma profissão que veicule vantagens simbólicas, no campo da ‘solidariedade humana’, da ‘realização pessoal’, da oportunidade de realizar uma ‘vocação’, inspirada em motivações religiosas ou claramente políticas. Trata-se de uma profissão que incorpora a mística do ‘servir’, da ajuda, guiada por valores ‘nobres’ altruístas, de caráter não-utilitário (IAMAMOTO, 1997, p.48-49).

Essa busca se faz majoritariamente por mulheres, pesquisa realizada na década de 80 e recentemente em 2004 (ABRAMIDES, 2006) indica que 97% do contingente de profissionais é constituído por mulheres. “A imagem social da profissão encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante de seu ‘papel na sociedade’, como uma alternativa à vida doméstica e à participação política” (IAMAMOTO, 1997, p. 49).

A respeito da incorporação da imagem da feminilidade construída na sociedade patriarcal, esses atributos são entre outros:

[...] seriedade, modéstia, gosto de servir, negação de si mesma: esquecer-se, dar-se, devotar-se, sacrificar-se; capacidade de ‘entrar’ na vida alheia, de compreender os demais, além da fina intuição peculiar. Educada através de uma repressão sexual moralizadora e infantilizada diante do sexo oposto, busca-se reforçar ideologicamente certas aptidões ‘naturais’ que a sensibilizam de modo especial para o trabalho a ‘serviço da comunidade’ (IAMAMOTO, 1997, p. 49).

Vale ressaltar algo assinalado também por Iamamoto: “[...] até a década de 70, pelo menos, a seleção para as faculdades de Serviço Social incluía, além do exame vestibular, a exigência de testes vocacionais, realizados por especialistas, que buscavam detectar as aptidões e tendências pessoais do candidato à profissão” (IAMAMOTO, 1997, p. 50).

Dentro dessa lógica, antes de ser trabalho, a profissão é compreendida como uma missão, que tem como cimento a “utopia conservadora” na prática consolidada pela “mística da ajuda”. Sob esses pressupostos a relação da profissão com as classes trabalhadoras se estabelece numa “[...] dimensão tutelar, marcada pelo paternalismo autoritário” (IAMAMOTO, 1997, p. 50).

A descontinuidade entre a teoria e a prática está por certo relacionada com a forma como a ideologia dominante encharcou a identidade profissional. Assim, embora o projeto

ético político do Serviço Social, como estabelece o Código de Ética da profissão, de 13/03/93, estabeleça entre outros princípios fundamentais a: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero” (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, p. 3), tal assertiva não garante um exercício profissional pautado nessa direção, mesmo porque o posicionamento ideológico não é fundamentalmente determinado pelo discurso profissional. Não é suficiente um código com princípios libertários, nem mesmo reconhecimento de que o objeto da profissão é a questão social e suas múltiplas expressões, e que essa é fruto da tensão existente entre capital e trabalho. Compreendemos que os efeitos da ideologia atuam com mais força do que o discurso profissional.

Martinelli, em seu trabalho de pesquisa que resultou na obra *Serviço Social identidade e alienação*, tem como hipótese de que “[...] a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador da prática profissional”. A autora indica que existe um vínculo entre identidade profissional e consciência social, e que a consciência é “[...] uma categoria eminentemente histórica e, social, que se constrói a partir do trabalho, da atividade produtiva material”. Na sua análise, “[...] a ausência de identidade acaba por configurar um problema de graves conseqüências, pois fragiliza a consciência social da categoria profissional, impedindo-a de ingressar no universo da ‘classe em si’ e ‘classe para si’ do movimento operário”. (MARTINELLI, 1989, p. 7 e p. 9).

Mas na verdade não se trata de uma “ausência de identidade”, pois, como Martinelli bem situa, o Serviço Social na sua origem como profissão “[...] tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 1989, p. 57).

Diferentemente da idéia de que o Serviço Social nasce da evolução da filantropia, análise presente nas primeiras produções teóricas do Serviço Social e que marcam a formação profissional passando pelo movimento de reconceituação até as elaborações que culminam com o processo de ruptura, Martinelli destaca o seguinte em relação ao nascimento da profissão:

[...] nasce articulada com o projeto de hegemonia do poder burguês, [...] e também que esta profissão foi gestada [...] sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial [...] buscou afirmar-se historicamente – sua própria trajetória o revela – como uma prática

humanitária sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir (MARTINELLI, 1989, p. 57).

Dada essa vinculação do surgimento da profissão com o capitalismo, portanto:

O serviço social já surge, portanto, no cenário histórico com uma *identidade atribuída*, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos estratégicos produzidos pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista (MARTINELLI, 1989, p.58, grifo da autora).

O Serviço Social então “[...] operando com a identidade que lhe foi atribuída pelo capitalismo [...] teve roubadas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática, expressando-se sempre como um modo de parecer típico do capitalismo, em sua fase industrial” (MARTINELLI, 1989, p. 58).

A ausência de identidade profissional só é sentida diante da negação da identidade atribuída. Identidade profissional e consciência social são processos vinculados, e a consciência se constrói a partir do trabalho, trabalho profissional que se desenvolve em sua maioria nas organizações.

O assistente social,

Apesar do caráter aparentemente difuso e heterogêneo das tarefas exercidas pelo assistente social este continua a ser necessário na organização social, como demonstra o crescimento do mercado de trabalho [...] Atuando em organizações públicas e privadas [...] exerce uma ação eminentemente ‘educativa’, ‘organizativa’, nas classes trabalhadoras [...] O assistente social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente ‘técnico-especializado’ de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e disciplinador’ (IAMAMOTO, 1997, p. 40 e p. 42).

Essa análise de Iamamoto, produzida em 1981, sob os auspícios dos debates e dos atos que marcam o processo de ruptura, com o conservadorismo e com a identidade atribuída de que nos fala Martinelli, não se altera na década de 1990.

César (1998), analisando o trabalho do assistente social na reestruturação produtiva nos anos 90, indica-nos:

[...] ‘o trabalho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’ [é] requisitado para garantir os níveis de produtividade, atenuar conflitos, coibir insubordinações, identificar insatisfações individuais e coletivas e inibir o potencial organizativo e reivindicatório dos trabalhadores [...] Assim a empresa continua requisitar do assistente social o papel de intermediador entre o trabalho e a vida privada do operário, servindo como interlocutor da ‘ação social da empresa’ (CÉSAR, 1998, p. 138).

Com a reestruturação produtiva, as demandas se diversificam no âmbito das organizações impondo novos desafios à profissão e trazendo exigências de reflexão sobre o projeto profissional e conseqüentemente sobre a formação profissional, discussão que faremos a seguir.

2.2.2 A formação profissional

Não discutiremos as exigências colocadas à formação profissional sem antes historicizarmos esse tema.

As escolas de Serviço Social, criadas em 1936 em São Paulo no Centro de Estudos e Ação Social – CEAS e criadas em 1937 a Escola do Rio de Janeiro no Instituto Social do Rio de Janeiro e a Escola Ana Néri (AGUIAR, 1984; SÁ, 1995), surgem não apenas influenciadas pela ideologia católica como já assinalamos, mas como um “instrumento” da Igreja, um “instrumento” da ação social, que nasceu na Europa, antes do Serviço Social, e inclusive tida como mais ampla do que o Serviço Social (AGUIAR, 1984).

Os debates acerca da formação profissional ganham força principalmente após a criação da Associação Brasileira de Serviço Social – ABESS, em 1946. Até 1967, ano em ocorre o encontro de Araxá, ocorreram 14 convenções da ABESS, nas quais um dos objetos de análise e estudos era a formação cristã do profissional. “Mesmo quando os temas eram específicos de Serviço Social, o pano de fundo era a doutrina católica. As convenções normalmente iniciavam com missa solene e durante certo tempo havia um dia de recolhimento, para quem desejasse, um dia antes da convenção” (AGUIAR, 1984, p. 37-38).

O objetivo das escolas de Serviço Social bem como o perfil do profissional são perpassados pelo ideal pedagógico cristão. Existe uma perspectiva de educação integral na formação do assistente social, que é, simultaneamente, individual coletiva e pessoal (SÁ, 1995, p. 71).

A educação integral neste contexto tem por finalidade “[...] estabelecer ordem nas idéias, de subordinar as ciências especulativas à Ética e esta à Teologia. Sua base correspondia aos princípios eternos e imutáveis da lei natural e da revelação, ou seja, à filosofia aristotélico-tomista”. Entendia-se que filosofia, desde que fosse após sistematização

assumida conscientemente, “[...] seria a única capaz de regenerar a nacionalidade brasileira do individualismo liberal e do comunismo ateu” (SÁ, 1995, p. 71).

Concomitante à influência européia, a partir de 1940 o Brasil começa a receber a influência norte-americana, que gradativamente ganhará espaço. “A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo” (AGUIAR, 1984, p. 57). A junção da filosofia tomista com as técnicas norte-americanas começou a se estabelecer na segunda metade da década de 1940 e início da de 1950, sem haver ruptura.

A ABESS surgiu tendo como fim reunir as escolas para entre outros objetivos “promover a adoção de um padrão mínimo de ensino” (SÁ, 1995, p. 71). Com base em estudos anteriores realizados pelas duas primeiras escolas e pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS na década de 1950, deu-se a regulamentação do ensino do Serviço Social no Brasil em nível único e superior.

De acordo com Aguiar (1984), numa primeira fase, o Serviço Social no Brasil será marcado pela formação doutrinária e moral, o caráter técnico só surge a partir da influência norte-americana.

Em relação à organização curricular, a partir de 1936, com o surgimento da primeira escola o currículo já contava com “[...] objetivos bem definidos, um perfil profissional bastante claro e um conteúdo programático com disciplinas que atendiam à formação teórica básica e à formação técnica propriamente dita” (SÁ, 1995, p. 73).

Ao longo de sua história no Brasil, o Serviço Social contou com quatro currículos, o de 1954, o de 1970, o de 1982 e o de 1996.

Com a criação da primeira escola, em 1936, o programa de formação é pautado na Doutrina Social da Igreja, com objetivos definidos e um perfil de profissional. “A primeira escola, em São Paulo, correspondeu a uma extensão do CEAS e da própria Ação Social Católica, chegando em determinados momentos, a confundir-se com esta [...]” (SÁ, 1995, p. 66).

É somente com a regulamentação do ensino do Serviço Social em nível superior, com duração de no mínimo três anos, em 13 de junho de 1953, Lei n. 1.889, que a aprovação de um currículo mínimo para a profissão ocorre. Essa lei é regulamentada pelo Decreto n. 35.311, estabelecendo-se então o currículo de 1954.

Mas o contexto urbano-industrial impõe desafios à Igreja e ao Serviço Social e assim:

[...] entre o sacral e o profano, a doutrina cristã aristotélico-tomista e o positivismo funcionalista, os princípios sociológicos, a essência e a existência, momentaneamente, a Igreja e o próprio Serviço Social optaram por uma postura existencialista diante da realidade, como uma possível síntese ou 'saída' (SÁ, 1995, p. 156-157).

De acordo ainda com Sá (1995), a participação do Serviço Social no desenvolvimentismo traz outras exigências para o currículo.

As mudanças foram se constituindo em função das alterações na realidade sócio-histórica. A influência da Igreja Católica ocorre até a década de 1960. A partir dessa década, com o movimento de reconceituação, inicia-se um processo de rompimento por parte dos profissionais que buscam uma postura materialista e dialética. Faz-se presente a intenção de ruptura com o conservadorismo.

Entretanto, o Golpe Militar de 1964 “[...] veio bloquear as possibilidades de avanço numa linha mais radical que se gestava especialmente entre os estudantes. Em pleno movimento de reconceituação na América Latina, o Brasil ficou restrito ao neopositivismo e ao cientificismo” (SÁ, 1995, p. 274).

O currículo de 1970 é marcado pela metodologia tripartite: caso–grupo–comunidade. Evidenciamos, por meio da análise de Sá (1995), a presença de conhecimentos no campo do Planejamento.

Ao entrarmos na década de 1980, o País vive uma grave crise econômica, mas há também uma articulação política da sociedade civil, propiciada pelo clima de abertura política, que vai encerrando o regime ditatorial militar iniciado em 1964.

Nesse contexto a revisão do currículo se coloca como um imperativo e temos então as discussões que culminam com o projeto de formação profissional de 1982, que na produção teórica, como já foi citado, tem como marco a obra *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica* (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985).

No projeto de 1982, apresenta-se a centralidade do trabalho como fundador do ser social, com a incorporação de categorias do pensamento marxiano: práxis, dimensão humana genérica do indivíduo, relação entre indivíduo e sociedade, reificação etc. (ABESS, 1996).

Este projeto apresenta as seguintes tendências: ênfase na apropriação do conhecimento teórico-metodológico, no engajamento político dos movimentos organizados da sociedade, nas instâncias representativas da categoria visando à classe trabalhadora e também em uma

crença de que o aperfeiçoamento técnico-operativo desvinculado da fundamentação e do engajamento político poderia responder às exigências do mercado de trabalho do assistente social.

O fundamento da formação profissional é a realidade social, compreendida criticamente e em seu movimento contraditório. A análise da realidade brasileira é tida como base para a definição das diretrizes fundamentais da formação profissional. A direção social é tratada a partir das demandas postas pela sociedade brasileira. A “clientela” é constituída pela classe trabalhadora. A direção social vinculada aos interesses da classe trabalhadora também se expressa na reformulação do Código de Ética profissional, o código de 1986, como compromisso ético-político norteador da prática profissional (ABESS, 1996).

Mas, de acordo com a ABESS (1996), o privilégio da análise da profissão ocorreu em detrimento da análise da própria realidade social. A preocupação teórico-metodológica, tendo em vista a renovação da prática profissional, não foi acompanhada do mesmo investimento na pesquisa sobre a questão social e suas manifestações particulares na realidade brasileira.

Com a chegada da década de 1990, com a reestruturação produtiva e a contra-reforma do Estado, surgem novas propostas de enfrentamento da questão social, sustentadas na modernização conservadora, que influenciaram a profissão no sentido de uma busca de eficiência técnica que vulnerabilizou o esforço de imprimir à prática uma dimensão teórico-metodológica e ético-política, contribuindo para a formação de um perfil profissional forjado pelas exigências de modernização, pelo pragmatismo, pelo tecnicismo e pelo voluntarismo ético-político (ABESS, 1996).

Mas ainda nessa década, sob a influência dos avanços da Constituição de 1988, é aprovado o novo Código de Ética de 1993, que reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá outro tratamento à dimensão ético-política da profissão, firmando o compromisso com valores e princípios que visam à superação da ordem capitalista (ABESS, 1996).

Mas uma pesquisa realizada pela ABESS/PUC já em 1989 revelava que o projeto de 1982 mostrava-se insuficiente na apreensão do método crítico-dialético.

Pode-se argumentar que essas proposições careceram de mediações entre a direção social da prática profissional e o projeto social vinculado às classes trabalhadoras [...] Houve incorporação mecânica do método crítico-dialético, na apreensão da realidade social ocultando o significado da profissão e as especificidades de um código de ética (ABESS, 1996, p. 146).

A pesquisa, “Avaliação da formação profissional do assistente social brasileiro pós-novo currículo”, realizada em 1991 (ABESS, 1996), também sinalizou os avanços e desafios, e a categoria trabalho é reafirmada.

Mas as discussões continuam na oficina da ABESS realizada em 1995, em que se questionou a direção social da profissão e se privilegiaram a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania, a consolidação da democracia e a composição de um perfil profissional com competência nas várias dimensões do agir profissional.

As análises das “queixas” dirigidas à formação profissional indicavam que era preciso atribuir maior importância às estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação em articulação com os avanços obtidos no campo teórico-metodológico (ABESS, 1996).

Em 1995, no VIII CBAS, as assistentes sociais manifestaram-se pela defesa da democracia e das políticas públicas como modo de enfrentamento do projeto neoliberal, ressaltando a dimensão ético-política como mediação necessária ao enfrentamento da barbárie (ABESS, 1996).

É esse o contexto que leva a aprovação das atuais diretrizes. Nos pressupostos da formação profissional, elas indicam que: “O serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPSS, 1996, p. 5).

As diretrizes consideram a “[...] prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 12).

Na proposta básica para o projeto de formação profissional, o núcleo de fundamentação do trabalho profissional tem como foco:

[...]a compreensão do Serviço Social como uma forma de especialização do trabalho social determinado por sua inscrição na divisão sociotécnica do trabalho. O eixo articulador da análise da profissão é dado pelas relações entre as classes sociais, destas com o Estado e com o conjunto da sociedade civil, no quadro do capitalismo monopolista (ABEPSS, 1996, p. 170).

O referido núcleo tem ainda como foco:

[...] decifrar os elementos dos processos de trabalho desenvolvidos pelo assistente social – objeto, matéria-prima, meios resultados, conteúdos, seu ethos. Implica, ainda, abordar o modo como a atividade prática do assistente social sofre todas as alterações e transformações decorrentes da reestruturação produtiva; reformas do Estado e ação das classes sociais [...] reconstruir e analisar a produção teórica e

metodológica do Serviço Social em suas formulações originais, em sua articulação com as teorias, as estratégias, os procedimentos e o arsenal técnico. É responsabilidade deste núcleo a assimilação de uma bagagem técnico-operativa que incorpore a prática profissional da teoria e da prática a partir das experiências profissionais acumuladas, ou seja, o ensino da prática (ABESS, 1996, p.170-171).

Nas diretrizes curriculares, a discussão do referido núcleo destaca que é:

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente em seu campo de intervenção (ABEPSS, 1996, p. 14).

No que se refere às¹² matérias básicas propostas nas diretrizes, a matéria Administração e Planejamento em Serviço Social se compõe do seguinte conteúdo:

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais, planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração Planejamento em órgãos de Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil (ABEPSS, 1996, p. 18).

Os conteúdos da matéria estão bastante relacionados com o campo teórico da Administração.

A reestruturação produtiva, como já indicamos, impõe novos desafios ao Serviço Social, em razão das transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, “[...] pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais” (ABEPPS, 1996, p. 5).

O projeto de formação profissional durante as décadas de 1980 e 1990 amadurece em torno da teoria social de Marx, tendo como eixo a categoria Trabalho. Não podemos nos furtar de, ainda de que forma breve, discutir essa categoria.

¹² “[...] matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p. 15).

2.2.3 Algumas considerações sobre a categoria Trabalho

Como já indicamos, dada a vinculação do projeto profissional já a partir da década 1980, com a categoria Trabalho, julgamos pertinente uma discussão desse conceito na perspectiva marxista. O tema Trabalho se relaciona com o nosso objeto e tem sido alvo de muitas polêmicas¹³.

No pensamento marxista, o trabalho é o que funda o ser social, o que dá a essa categoria extrema densidade.

Pensar o trabalho como fundante do ser social significa, entre outras coisas, romper com as teses essencialistas¹⁴ acerca da humanidade que imperaram com grande força até a Idade Média, atravessaram a modernidade e ainda atuam no imaginário social.

Para Marx, o trabalho é antes de tudo “[...] um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula, e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1985, p. 149).

Entretanto, Marx afirma que “[...] o estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos

¹³ A polêmica está relacionada com o questionamento: Serviço Social é trabalho? A polêmica pode ser verificada, por exemplo, com Pola e Colmán (2005), em um artigo publicado na *Revista Virtual da UEL* – Universidade de Londrina, no qual os autores refutam o argumento de Sergio Lessa, que foi o estopim de toda essa discussão. Em um artigo publicado na revista *Temporali*, Lessa argumenta que o Serviço Social não é trabalho, pois “não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários a reprodução social” (LESSA, 2000, p. 51). De acordo com Póla e Colmán (2005), para Lessa, “[...] Como o trabalho é um processo exclusivo entre homem e a natureza, o objeto de trabalho só pode ser a própria natureza, em seu estado bruto, ou transformada em matéria-prima”. Partilhamos com Póla e Colmán a idéia de que “trata-se de uma tese provocativa, porém fecunda, na medida que obriga a precisar melhor a real inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho”. Na raiz dessa polêmica está por certo o salto que a profissão deu ao se entender como inserida na divisão sociotécnica do trabalho, discussão já iniciada nas Diretrizes Curriculares de 1982 e que se fortalece nas diretrizes de 1996. Uma outra análise que também alimenta a polêmica é a discussão de Netto (2005a). Tratando da questão social, ele afirma que “Sem ela [a questão social], não tem sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução com a supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para esta profissão” (p. 162). De nossa parte reafirmamos o que expressamos, entendemos o Serviço Social como trabalho improdutivo. De acordo Antunes, Marx, no capítulo VI, Inédito, ao discutir classe trabalhadora, “não se restringe ao [...] trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado [...] a classe-que-vive-do-trabalho [classe trabalhadora] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (1999, p. 102).

¹⁴ Estamos nos referindo às idéias presentes na filosofia da Antigüidade e Medieval e que também influenciam o discurso da ciência na modernidade com o racionalismo de René Descartes, de que há uma essência, uma natureza humana que pré-existe, independente do meio exterior.

o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva” (MARX, 1985, p. 149).

Nogueira, na publicação de sua pesquisa realizada junto às operadoras de telemarketing, baseada em Engels (2004), na obra *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, afirma que “a própria condição biológica humana, enquanto constituinte da ontologia do ser social, tem como base e fundamento o trabalho humano” (NOGUEIRA, 2006, p. 140).

O trabalho se apresenta ao longo da história da humanidade se mantendo sempre como um “momento de efetivação de relações sociais, visando à produção social e a reprodução da humanidade” (NOGUEIRA, 2006, p. 139).

A ontologia, ou estudo do ser como ser, lukacsiana entende o trabalho como resultado de um “pôr teleológico”, ou seja, algo que “previamente o ser social tem ideado em sua consciência” (NOGUEIRA, 2006, p. 136).

Antunes (1999), citando Lukács, destaca que

[...] através do trabalho, uma posição teleológica é realizada no interior do ser material, como o nascimento de uma nova objetividade. A primeira consequência disso é que o trabalho torna-se protoforma da práxis social [...] sua forma originária desde que o ser social se constituiu. O simples fato de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é para todos uma experiência elementar da vida cotidiana [...] (LUKÁCS, 1980 apud ANTUNES, 1999, p. 137).

Antunes destaca ainda que Lukács, em sua análise sobre o trabalho, informa-nos que Aristóteles e Hegel se detiveram sobre o “caráter teleológico do trabalho”, mas “[...] que eles elevaram a teleologia para além da esfera da práxis social, convertendo-a numa categoria cosmológica universal” (LUKÁCS, 1980 apud ANTUNES, 1999, p. 137).

Embora o trabalho contemporâneo tenha sofrido modificações, as quais estão relacionadas com o aprofundamento do capitalismo, não é possível, afirma Antunes,

[...] concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca [...] Ao contrário, defendo a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez menos do trabalho *estável* e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (ANTUNES, 1999, p. 119, grifo do autor).

Antunes (1995, 1999), partindo do estudo de George Lukács, tem trazido à tona a centralidade do trabalho defendida no Marxismo, a qual tem sido criticada por vários autores,

sendo Claus Offe um dos mais importantes, como é possível verificar em seu artigo *Trabalho: categoria-chave da sociologia?* (OFFE, 1989).

Para o autor, a não centralidade do conceito está relacionada com a racionalidade técnica do trabalho em serviços. “É esta diferenciação no interior do conceito de trabalho que me parece constituir o ponto mais crucial de sustentação ao argumento de que não se pode mais falar de um tipo basicamente unificado de racionalidade que organizaria e governaria o conjunto da esfera do trabalho” (OFFE, 1989, p. 11).

A idéia de que o trabalho acabou, bastante difundida no contexto da reestruturação produtiva, apóia-se na tese de que ao capital não interessa mais explorar o trabalho abstrato, em razão de o novo cenário da produção reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto. Tal tese, que se opõe à teoria do valor do trabalho em Marx, baseia-se em Jürgen Habermas. Para este filósofo a ciência e junto com ela a técnica são as principais forças produtivas (ANTUNES, 1999).

Numa análise do capitalismo como uma expressão do sistema de metabolismo social do capital, elaboração conceitual desenvolvida por István Mészáros e amplamente discutida por Antunes (1999), verifica-se que o sistema do capital se compõe de capital, trabalho e Estado e que o trabalho é o pilar fundamental.

O sistema de metabolismo social do capital, se compõe das mediações de primeira ordem, e das mediações de segunda ordem.

As mediações de primeira ordem têm determinação ontológica, estão relacionadas com valores de uso, e tem como finalidade a preservação das funções vitais, da reprodução individual e societal. As funções vitais incluem uma regulação entre produção e recursos existentes, visando a satisfação das necessidades humanas, assim o sistema de trocas é sempre compatível com as necessidades requeridas. A reprodução da existência através de intercâmbio com a natureza e dada “...pela ontologia singularmente humana do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 20).

As mediações de segunda ordem em sua vigência apresentam as seguintes características: separação e alienação entre trabalhador e meios de produção, personificação do capital, personificação do trabalho, e “... essa personificação reduz a identidade do sujeito desse *trabalho* a suas funções produtivas fragmentárias” (ANTUNES, 1999, p. 22). Elas surgem num momento específico da história humana, como resultado da divisão social e afetam profundamente as mediações de primeira ordem, introduzindo “elementos fetichizadores e alienantes de controle social e metabólico” (ANTUNES, 1999, p. 20), que constituem-se em as formas de (des) sociabilização humana.

Na análise de (ANTUNES, 1999) as mediações de segunda ordem do metabolismo do capital atingiram e modificaram as mediações primárias e também as esferas das atividades dos seres sociais, e “a ciência padeceu igualmente dessas conseqüências negativas” (ANTUNES, 1999, p. 123).

A ciência não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca do seu mecanismo

[...] interpenetração entre atividades laborativas e ciência associa e articula, a potência constituinte do trabalho vivo à potência constituída do conhecimento técnico-científico na produção de valores (materiais ou imateriais). O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro faça cair por terra o segundo (ANTUNES, 1999, p. 123).

Para Antunes, o conceito marxiano de classe trabalhadora alcança validade contemporânea a partir da expressão “classe-que-vive-do-trabalho”; a classe trabalhadora se constitui

Da totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no Capítulo VI, Inédito). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia [...] considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve em nosso entendimento incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados (ANTUNES, 1999, p. 102).

Acerca do trabalho produtivo, Antunes nos adverte que sendo este trabalho produtor direto de mais-valia, sua participação no processo de valorização se dá de forma direta, por isto esse trabalho detém “[...] um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal” (1999, p. 102).

No âmbito das organizações, a ação profissional do Serviço Social tem sofrido os efeitos de todas essas alterações que afetam a materialidade e a subjetividade do trabalho. Nossa atuação profissional se desenvolve, sobretudo, nas organizações.

2.2.4 O Serviço Social nas organizações

O Serviço Social é uma disciplina profissional que se caracteriza por uma ação interventiva na realidade social. Os espaços da prática profissional têm sido historicamente as organizações, sejam elas públicas, privadas ou do “terceiro setor”. Nelas se veiculam os direitos sociais de trabalhadores empregados e desempregados. As organizações constituem-se nos espaços sócio-ocupacionais nos quais a inserção de profissionais se faz de forma mais significativa.

De acordo com Abreu,

O Serviço social como profissão consolida-se e expande-se, nas três primeiras décadas deste século, consubstanciada na organização e difusão do conjunto de inovações organizacionais na produção e no trabalho, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordistas/tayloristas. A prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em se situam as práticas assistenciais, considerando, sobretudo, o agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e de trabalho: vincula-se pois, à necessidade histórica de imprimir às referidas práticas um cunho ‘educativo’, ‘ressocializador’, mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequado às necessidades da produção e da reprodução social (ABREU, 2002, p. 39-40).

Apesar de as organizações atravessarem o cotidiano profissional do Serviço Social desde o seu surgimento, a discussão desse tema só se expressa a partir da década de 1980. Maria Luiza de Souza, em sua obra de bastante relevância para a profissão, *Serviço Social e instituição: a questão da participação*, a partir do conceito de instituição, compreende a organização como “intermediadora entre os bens e serviços procurados e a população que os procura” (SOUZA, 1985, p. 39).

Essas e outras análises, como a de Serra (1986), *A prática institucionalizada do Serviço Social*, refletem o esforço da profissão em reagir à corrente no meio acadêmico e profissional que, influenciada pelo pensamento de Louis Althusser,¹⁵ entendia que nos

¹⁵ Em Bottomore (1998), acerca de Louis Althusser, verificamos que esse teórico francês propõe uma interpretação do marxismo esboçada na publicação de duas obras – *Pour Marx* (1965) e *Lire le capital* (1966) –, em que questiona os princípios humanistas e hegelianos presentes na discussão do marxismo. Fazendo diferença entre o jovem Marx e o Marx da maturidade, para Althusser, no jovem Marx encontramos a proposição de um “[...] drama ideológico e da auto-realização humanas tendo a condição humana como autora de seu destino que se desdobra e realiza, aproximadamente como o espírito do mundo em Hegel” (BOTTOMORE, 1988, p. 9). No Marx da maturidade teríamos, segundo Althusser, “[...] uma ciência, o materialismo histórico, a teoria das formações sociais e de sua história, os conceitos de sua explicação estrutural: as forças e as relações de produção, a determinação pela economia, a superestrutura, o Estado, a ideologia” (BOTTOMORE, 1988, p. 9). No pensamento de Althusser há uma determinação da estrutura sobre a superestrutura entendendo o Estado.

espaços institucionais só haveria reprodução da dominação, pois as instituições eram aparelhos de Estado.

A autora, baseada em Berger e Luckmann (1972), entende as instituições como produção de um processo histórico relacionado ao conflito de classe, que surge a partir de demandas, cujas soluções emergem como instituições e que “são aceitas pela coletividade que se crê protegida contra alguns obstáculos vivenciados. Valores normas e ideologias, assim como práticas institucionalizadas, têm, pois, este caráter que em geral esconde a defesa específica da ordem social assumida como função principal” (SOUZA, 1985, p. 43).

A pesquisadora compreende que ao lado das instituições (idéias, normas, padrões e práticas institucionalizadas) há as organizações que estão “[...] no nível da operacionalização, ou dos meios de sua penetração, observância e realização” (p. 42).

São como engrenagens criadas pela sociedade como meio de operacionalização dos elementos institucionalizados. Como tal, o conceito de organização tem a ver com conceito de instituição. Se as instituições se elaboram na dinâmica social, as organizações são como que uma aparelhagem para efetivação das funções institucionais. Instituição e organização são instâncias diferentes de uma mesma realidade. Na instância organizacional, identifica-se um conjunto de meios para a realização dos valores e objetivos que identificam a instância da instituição. Tais instâncias colocam-se como realidades concretas a partir das determinações sociais que a constituem (SOUZA, 1985, p. 43).

A discussão das instituições ficou fora de nosso recorte teórico, mas é importante citá-las visto que essas duas instâncias possuem uma estreita vinculação. Como indica a autora, as organizações constituem um “conjunto articulado de meios para a operacionalização de fins institucionais” (SOUZA, 1985, p. 44).

Com o amadurecimento do projeto profissional e a situação da profissão na divisão social do trabalho, há o reconhecimento de que as necessidades sociais derivam “[...] da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO, 1997, p. 55); o Serviço Social pode afirmar-se de forma institucionalizada e legitimada.

Contemporaneamente a atuação profissional nas organizações tem sido muito marcada pelos novos discursos sobre gestão, que surgem visando sustentar o capitalismo em sua fase de acumulação flexível. O discurso do Estado mínimo reconfigura a inserção do Serviço Social nas organizações. A flexibilização, em oposição ao taylorismo/fordismo, sustentada no ideário neoliberal, traz uma diminuição na ênfase às políticas sociais e a redução de postos de trabalho para os assistentes sociais.

Um aspecto a ser dimensionado é que a contratação do assistente social dentro das organizações sofre os efeitos da lógica de acumulação com que é regida a sociedade e os “[...] serviços sociais também passam a ser estruturados, como campo de investimentos, como *locus* de aplicação do capital. A organização e distribuição dos serviços subordina-se aos requisitos do crescimento ampliado do capital” (IAMAMOTO, 1997, p. 43, grifo da autora).

Aprender, portanto, o caráter de classe das organizações nas quais trabalha o profissional, predominantemente na condição de um intelectual subalterno em face da estrutura de poder dessas organizações, é condição para se desvendar o significado dessa instituição e os efeitos sociais da prática de seus agentes [...] Importa ressaltar que, para Gramsci, a natureza de classe da ação do intelectual não depende imediatamente de sua origem de classe, pois o que predomina é sua função social. Sua origem social é ultrapassada pelo espaço problemático a partir do qual orienta e implementa sua atividade, isto é, sua posição de classe, e a natureza das organizações através das quais exerce suas funções organizativas, educativas e de elaboração do saber (IAMAMOTO, 1997, p. 45).

Houve também ampliação de espaço nas organizações do “Terceiro Setor”. Acerca disso uma rica análise dessa inserção nos é fornecida por Montañó (2002). Em seu estudo, esse pesquisador desvela o “terceiro setor”, tido pela ideologia neoliberal como uma terceira esfera, que, atuando ora com o Estado, primeiro setor, ora com o mercado, segundo setor, seria responsável pela gestão das ações públicas.

Em relação à atuação no “terceiro setor” e em programas de responsabilidade empresarial, de organizações públicas e privadas, deixa-se muitas vezes de considerar que tais estruturas estão a serviço das novas necessidades do capital. Por outro lado, no debate acadêmico e profissional uma vez que há a apropriação da crítica, a tendência é de se demonizar esses espaços, entendendo-se que eles não devam ser ocupados por um profissional comprometido com o projeto ético-político da profissão.

A crítica que Montañó nos oferece não deve ser tomada como uma negação desse espaço sócio-ocupacional, mas sim ser incorporada à práxis desenvolvida nesses espaços tão contraditórios quanto os demais.

Apesar de a década de 1990 ter sido profícua para o Serviço Social no que se refere ao seu amadurecimento teórico, isto não foi suficiente. Sendo uma disciplina profissional interventiva, a profissão necessita de elaborações, que, tendo como eixo de análise a determinação sócio-histórica da questão social, entendida como objeto da profissão, indiquem-nos a construção de propostas de intervenção nas organizações, visando ao encaminhamento das demandas colocadas pelos usuários do Serviço Social, demandas oriundas da área-meio e da área-fim da organização.

A crítica a esses espaços não é suficiente, é necessário, partindo do concreto, situarmos no que consiste a ação profissional do Serviço Social. Essa ação se desenvolve com aquilo que “sobra” na realidade social, com o que não encontra resolução através de outros mecanismos instituídos nas organizações, o que deve ser entendido não como fenômeno em si mesmo, mas como síntese de múltiplas determinações. Trabalhamos com o que emerge no cotidiano, como tão bem destaca Ana Maria de Vasconcelos em sua importante pesquisa (2003).

3 O SERVIÇO SOCIAL EM INTERFACE COM A ADMINISTRAÇÃO

3.1 AS RELAÇÕES DO SERVIÇO COM A ADMINISTRAÇÃO

Inicialmente é importante registrar que a Administração e o Serviço Social são dois campos com objetos distintos. Enquanto o Serviço Social tem como objeto a questão social e suas múltiplas expressões, a Administração, ou gestão, define-se como “[...] modo racional e calculado de ordenar os meios para atingir resultados” (NOGUEIRA, 2007, p. 30)¹⁶.

[...] O fundamento da gestão ou da administração é a noção de *racionalidade*, isto é, o uso da inteligência, da razão, para encontrar os meios mais adequados com vista à realização de resultados. Estes são definidos como objetivos a alcançar, ao passo que os meios dizem respeito às pessoas, aos modos e aos recursos que garantem a conquista dos objetivos (NOGUEIRA, 2007, p. 31).

De acordo com Nogueira, o que pode ser um problema para os analistas sociais, para o pensamento administrativo é uma virtude, pois “[...] idealmente, burocracia é administração profissional que visa, por meio da racionalização e do controle do trabalho, a eficiência e a maximização de resultados” (2007, p. 78).

A racionalidade buscada na produção é algo que transcende à história e aos modos de produção, não é algo relacionado apenas ao modo de produção capitalista, embora, a gestão e a Administração tenham sido, como nos ressalta Nogueira, “[...] impulsionadas pelo surgimento da modernidade e encontraram seu pleno desenvolvimento no contexto da segunda Revolução Industrial, na virada do século XIX para o século XX” (2007, p. 21).

Já o Serviço Social se inscreve como profissão a partir do advento do capitalismo e tem na questão social o seu objeto.

[...] O serviço social é considerado uma especialização do trabalho e atuação do assistente social uma manifestação do seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social [...] O Serviço social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como *o conjunto das* expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada,

¹⁶ Nogueira nos esclarece que: “Gestão do latim *gestio*, é o ato de conduzir, dirigir ou governar. Administração do latim *administratio*, tem aplicação específica: administrar um bem, um negócio, ou uma área. Logo, administração seria, a rigor, uma *aplicação de gestão* (2007, p. 30).

monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006, p. 27, grifos da autora).

Nos pressupostos da formação profissional (ABEPSS, 1996) inscreve o Serviço Social como profissão interventiva vinculada às contradições do capitalismo monopolista, que tem como objeto a questão social, a qual se agrava com a reestruturação produtiva. Esse agravamento produz alterações na profissão.

Em relação ao processo de trabalho, as diretrizes estabelecem como pressuposto que:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 6).

O projeto ético-político da profissão baseado no marxismo, dada a centralidade da categoria Trabalho e sua vinculação com a classe trabalhadora, tende a ser crítico da Administração, na medida em que a racionalização está a serviço do capital e não do trabalho.

Como nos indica Antunes:

[...] sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que *estrutura* o capital *deseestrutura* o ser social. O *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital gera uma *subjetividade inautêntica* no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá *desestruturado* o capital (1999, p. 182, grifos da autora).

Compreendemos que o exercício do trabalho autônomo, livre, não alienado, não estranhado, não pode ocorrer na ordem capitalista, pois, como afirma Antunes, “[...] o *sentido* dado a ato laborativo pelo capital é completamente diverso do *sentido* que a humanidade pode conferir a ele” (1999, p. 183, grifos do autor).

Isto não significa, entretanto, que em sua ação interventiva nas organizações o Serviço Social não possa caminhar em direção à emancipação, transcendendo à reprodução.

No próprio campo da Administração, que não se orienta apenas por teorias conservadoras da ordem capitalista, mas também por teorias críticas, podemos encontrar elementos para a discussão dessa perspectiva. Faria define a teoria crítica nos seguintes termos:

Teoria crítica é uma escola de pensamento derivada do marxismo, também conhecida como marxismo ocidental, com um corpo conceitual definido (e suas divergências internas), com suas linhas de investigação, que também realiza estudos críticos. Teoria crítica não é teoria pós-moderna (FARIA, 2007, p. 2).

Na análise de Faria,

As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e subjetivas, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias [...] O problema central de uma Teoria Crítica, portanto, consiste em esclarecer em que medida as instâncias (a) obscuras, que se operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas e no inconsciente individual, e (b) manifestas inclusive e especialmente as referentes ao regramento e às estruturas, dão conteúdo as configurações do poder nas organizações (FARIA, 2007, p. 3).

De acordo com Faria (2007), a teoria crítica, na Administração, está relacionada com um referencial que permite esclarecer os bastidores das organizações, sua dinâmica, as relações subjetivas e o inconsciente individual. Essa perspectiva aqui explicitada procura visualizar saídas para a ação profissional para além da crítica algumas vezes imobilizadora dos efeitos do capital sobre o trabalho.

A seguir apresentaremos um histórico de como o Serviço Social tem construído sua ação profissional nas organizações no campo das relações de trabalho.

3.1.1 As primeiras aproximações do Serviço Social com o campo da Administração

De acordo com Kameyama, “Os estudos sobre o processo de trabalho aparecem especialmente na área das Ciências Sociais a partir da segunda metade dos anos 80, enquanto no Serviço Social os primeiros trabalhos surgem em meados da década de 90” (1998, p. 8).

Em nossa pesquisa verificamos que o campo da Administração, da gestão, o tema das organizações, começa a ganhar maior visibilidade no Serviço Social a partir da década de 1980, após a profissão ter vivido o movimento de reconceituação e o processo de ruptura.

A atuação do Serviço Social vinculada ao campo da gestão tem seu registro no estudo do Serviço Social de empresa, campo de trabalho que foi se firmando de forma gradativa não apenas no Brasil, mas nos demais países da América latina e dos Estados Unidos da América e da Europa, pois os “[...] sindicatos assumindo responsabilidade de benefícios aos trabalhadores contribuía para a ausência do Serviço Social” (FREIRE, 1983, p. 52).

Uma obra significativa neste período é *Serviço Social organizacional*, de Lucia Freire (1983). Essa obra, prefaciada pelo educador Paulo Freire, reflete um tempo em que a vanguarda do Serviço Social estava bastante vinculada à organização popular.

Freire (1983) faz um apanhado do Serviço Social de empresa nos EUA, na Europa e na América Latina. Em relação aos EUA, indica a atuação profissional com a Escola de Relações Humanas, relacionada com a concessão de benefícios e atendimento dos problemas individuais dos trabalhadores. Na Europa, onde a ação profissional foi mais significativa, verifica-se uma produção teórica estabelecendo funções específicas da profissão, sem, entretanto, haver maior estudo em relação à metodologia. Já América Latina a *Fundación Servicio Social em la Empresa* apresenta uma perspectiva de atuação funcional e avançada, na Argentina e no Chile, o governo da Unidade Popular, na gestão de Salvador Allende, apresenta uma perspectiva de transformação social (FREIRE, 1983).

A experiência da América latina tem como ponto de partida a necessidade dos trabalhadores, privilegia a participação dos trabalhadores nos processos decisórios. Os programas visam atender as necessidades básicas dos trabalhadores. (FREIRE, 1983).

Em seu livro, Lucia Freire apresenta “[...] uma proposta de metodologia de intervenção de serviço social em empresa, em experimentação há sete anos, em três empresas brasileira de grande porte” (FREIRE, 1983, p. 9).

O trabalho é resultado de uma vivência profissional nas organizações, com uma proposta embasada na perspectiva dialética, denominada pela autora como “dialética processual”.

Essa concepção é aplicada ao campo das organizações empresariais, considerando as relações de produção e dominação, dentro da unidade dialética. A perspectiva adotada é analisada em confronto com estudos da Teoria das Organizações, em diferentes concepções (FREIRE, 1983, p. 9).

Dentre os objetivos estabelecidos pela pesquisadora, destacamos o seguinte: “Demonstrar que o serviço social é aplicável em organizações empresariais, de acordo com os componentes básicos do seu corpo teórico, aplicados numa perspectiva dialética processual” (p. 11).

Essa obra tem um grande valor histórico, pois sintetiza o esforço de compreender a organização como unidade de intervenção do Serviço Social já que naquele período histórico se entendia:

A metodologia tradicional do serviço social não inclui a organização, de modo geral, como uma unidade objeto de sua intervenção. Também não a considera de modo específico, no campo empresarial, que é questionado e até hoje não firmado como possível, dentro dos fundamentos teóricos da disciplina (FREIRE, 1983, p. 18).

Lucia Freire pretende com sua proposta superar esse estágio na profissão no que se refere à aplicação do Serviço Social na empresa.

A sua hipótese era a de que:

Os integrantes de determinadas empresas nas quais foi aplicada a abordagem de Serviço Social Organizacional, num enfoque dialético processual, apresentam indicadores de mutação da consciência menos crítica para consciência mais crítica e de maior capacitação para participação, organização, gestão e mobilização popular, em sucessivos momentos no decorrer da aplicação de uma pesquisa-ação, num processo de desenvolvimento social nas organizações com vistas à transformação social (FREIRE, 1983, p. 11).

A proposta da autora foi fruto de sua atuação profissional desde 1973 em organizações empresariais, a qual denomina Serviço Social Organizacional – SSO e baseava-se nos conceitos e métodos de Desenvolvimento Organizacional – DO numa perspectiva dialética, buscando absorver os elementos contraditórios do Desenvolvimento Organizacional – DO e do desenvolvimento de comunidade, visando à transformação social. A idéia de SSO estava relacionada com comissões de empresa e co-gestão.

A abordagem de SSO envolve tanto a representação ‘formal’ da estrutura do poder das organizações, como a representação “informal” dos trabalhadores, atuando concomitantemente com grupos de todos os segmentos organizacionais, num processo de desenvolvimento desses grupos, em “interação” visando à superação das contradições da realidade dos mesmos, da organização e do seu contexto. [...] O SSO apresenta como objetivos básicos, a conscientização e capacitação social, para a mobilização, participação social, organização e gestão popular (FREIRE, 1983, p. 149).

Essa obra reflete um momento da realidade social brasileira em que o Serviço Social está se vinculando à classe trabalhadora e há um fortalecimento de alguns de seus segmentos.

O processo de conscientização citado pela autora relacionava-se com os conceitos de Paulo Freire. Baseava-se ainda, no conceito de “consciência crítica” de Lucien Goldman. A proposta recebia influência também do método BH, desenvolvido a partir dos estudos da equipe de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte, daí a referência a BH (SANTOS, 1985).

Partindo da realidade da fragilidade da teoria para a fundamentação do Serviço Social em empresa, com a realização dos “experimentos”, a pesquisadora conclui que o Serviço

Social não deve voltar-se tanto para o atendimento das necessidades humanas em si. A ação profissional deve ter como centro “[...] o processo de conscientização e capacitação social dos seres e grupos humanos nas organizações (FREIRE, 1983, p. 150). Tal processo se relaciona também com a desalienação, possibilidade de os indivíduos se descobrirem como sujeitos participativos na análise das situações cotidianas que envolvem a organização. A proposta desenvolvida tinha como horizonte a transformação social.

Também do mesmo período, um artigo de Elizabeth Melo Rico, publicado na *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 4, em 1980, com título *Uma análise da teoria do Serviço Social de Empresa*, busca analisar as concepções existentes sobre o Serviço Social de empresa (RICO, 1980).

O artigo, resultado de uma dissertação de mestrado, tinha por objetivo “[...] desenvolver reflexões na compreensão das necessidades, carências e aspirações de um tipo de operário metalúrgico, enquanto objeto de intervenção do Serviço Social” (RICO, 1980, p. 39).

A autora trabalha com os conceitos de Serviço Social do trabalho e Serviço Social de empresa, sendo este último uma subdivisão do primeiro. Rico, naquele período, faz a seguinte análise: “[...] o Serviço Social de empresa tem apresentado características tão peculiares que poderia ser considerado como campo autônomo” (1980, p. 40).

Contrapondo o pensamento de Karl Marx e as idéias de Alain Touraine com os pressupostos da Escola de Relações Humanas, assim argumenta a autora:

Os simpatizantes dessa tendência desenvolveram teorias que solucionam os problemas que surgem na relação homem-trabalho. A nosso ver, porém tais soluções situam-se a nível do superficial das questões, não atingem o âmago dos problemas. Todavia temos observado maiores influências dessa forma de pensamento no Serviço Social de empresa (RICO, 1980, p. 44).

O estudo da autora parte do entendimento de que o sistema capitalista é que interfere nos problemas de relações sociais da empresa. “A exploração do trabalho humano dentro da lógica necessária à existência do sistema, provoca conseqüências como, habitações precárias, saúde deficiente, alimentação inadequada, etc. [...]” (RICO, 1980, p. 44).

A autora adverte que essa análise não é a que mais influenciou o Serviço Social de empresa e adianta: “Parece-nos até coerente. Como usar da análise materialista dialética (pensamento marxista) para intervir como assistente social numa empresa capitalista? Ora, as soluções propostas por Marx são a nível da superação do sistema” (1980, p. 44).

Na análise de Rico “[...] O uso das teorias dialéticas pelo Serviço Social, inclusive no campo de empresa, são dificultadas também pela própria falta de operacionalização dessas

teorias. Pouco se criou a nível de intervenção nos fenômenos sociais. Este é um caminho que começamos a percorrer muito recentemente, e que nas palavras de Ander Egg; ‘continua sendo uma busca’” (1980, p. 45).

O artigo apresenta uma análise das experiências do Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho – GESSOT, um órgão do Ministério do Trabalho, criado em 22 de novembro de 1969, do Grupo Meta, formado por assistentes sociais de São Paulo, e da Fundación Servicio Social em la Empresa de Buenos Aires. Esses grupos tinham por objetivo a discussão da ação profissional.

A análise da atuação do Serviço Social nas empresas se pautava no seguinte:

O Serviço Social de Empresas, em especial é o campo que tem recebido maiores críticas pela vanguarda da profissão, face à sua intervenção que tem sido praticamente dirigida “a superação das dificuldades surgidas na interação do trabalhador na empresa e na sociedade. Ocorre que essas dificuldades, como já mencionamos, são o resultado do processo de relação de produção, específico do sistema capitalista. [...]obviamente , o conflito entre capital e trabalho aparece em toda estrutura social. [...]O campo da empresa, só é motivo de maior atenção porque é o local do *confronto direto*: entre o empregado e o empregador (RICO, 1980, p. 48-49, grifo da autora).

Uma outra produção que discutiremos é o livro *Feitiço da ajuda*, de Ana Elizabeth Mota (1991). Ele também é fruto de dissertação de mestrado. A autora tem como ponto de partida o fato de o movimento de reconceitualização colocar novas exigências para a profissão.

A reconceitualização defende uma nova postura do Serviço Social face à realidade social da América Latina, apresentando-se como um processo que, embora não se excluindo de determinações históricas objetivas, refuta o Serviço Social tradicional em prol de uma nova proposta de prática que atenda prioritariamente ao projeto dos trabalhadores (MOTA, 1991, p. 16).

A pesquisa objetiva “confrontar exigências dos trabalhadores e da empresa para com o Serviço Social e ao mesmo tempo verificar qual o encaminhamento da ação profissional face a oposição de interesses dos representantes institucionais do capital e do trabalho” (p. 36).

Verificamos nesta pesquisa um salto no entendimento da profissão no que se refere ao papel do assistente social na empresa, relacionado-o com o surgimento de necessidades sociais em função da expansão capital, como sua representante institucional a empresa passa “[...] a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família” (MOTA, 1991, p. 16).

Assim:

[...] a requisição do assistente social responde a necessidade de se entregar a um técnico a administração racional e científica dos serviços sociais geridos pela empresa. É evidente que a racionalidade se prende tanto ao caráter de eficiência da administração de benefícios materiais como ao caráter educativo dessa administração, instituído nas orientações de condutas desviantes do empregado e sua família (MOTA, 1991, p. 17).

No seu estudo a autora considera a empresa como “[...] requisitante institucional da profissão de Serviço Social. Tal requisição mostra que a empresa legitima a ação da profissão no limite dos seus interesses; isto é, reconhece que os serviços prestados historicamente pelos assistentes sociais atendem suas necessidades” (MOTA, 1991, p. 39).

O título *o Feitiço da ajuda* é uma alusão à forma como o trabalhador percebe o assistente social: “para o trabalhador, a empresa contrata o assistente social como profissional da ‘ajuda ao empregado carente’ e, por isso antes de pensá-lo como aliado, considera-o como mais um auxiliar do patrão” (MOTA, 1991, p. 137).

Fetichismo, feitiçaria, o ‘feitiço da ajuda’, duplamente colocado. O real serviço que recebe o trabalhador super explorado e o encobrimento do determinante essencial da requisição do assistente social por parte da empresa. O trabalhador esquece sua condição de explorado, sob os encantos da ajuda, e o capital se torna humanitário, promotor do desenvolvimento e do bem-estar social, escondendo sob o manto da ajuda o que, na verdade, unicamente lhe interessa, isto é, o aumento da produtividade da força de trabalho (MOTA, 1991, p. 12).

Essa pesquisa reconhece o surgimento da profissão no continente latino-americano com a formação do proletariado urbano e entende que a ação profissional se estabelece mediante “requisições” do capital.

Por outro lado, a pesquisa também analisa a “ participação do trabalhador” como algo constituinte da ação profissional; o trabalhador é também requisitante que dispõe do Serviço Social de forma fetichizada. Ele precisa desvelar os interesses do capital e a ação do “Serviço Social tradicional” e consolidar o seu potencial negador dessa cooptação.

Assim se posiciona a autora: “A nosso ver, a consideração do potencial negador do trabalhador como a real e verdadeira requisição a que o assistente social deve responder, constitui a principal, senão a única, determinação para a construção de uma nova prática do Serviço Social” (MOTA, 1991, p. 141).

Nessas três produções, resultado do contexto profissional do final da década de 1970 para o início da década de 1980, verificamos mudanças significativas. Com Freire (1983), já

identificamos a profissão buscando construir uma perspectiva de análise e de atuação firmada na dialética, mas em um momento da história da profissão em que está buscando atender aos ditames positivistas, esforça-se em construir um método, uma metodologia própria, a formulação do diagnóstico e a definição do objeto.

A atuação junto aos trabalhadores não é pensada em termos de requisições, como identificamos nas obras de Rico e Mota. Resultado da atuação por sete anos em três empresas brasileiras de grande porte, o estudo reflete o tempo em que a classe trabalhadora se encontra fortalecida e há a vinculação da profissão com ela, num engajamento militante que transcendia às fronteiras da organização, visando à transformação social.

Já Rico e Mota avançam no sentido de entender a ação profissão como requisição do capital e do trabalhador.

Essas obras marcam o Serviço Social na década de 1980. Com a década de 1990, a reestruturação produtiva trará novos desafios à profissão, como veremos a seguir.

3.1.2 O Serviço Social e a reestruturação produtiva

No decorrer deste trabalho fizemos várias referências aos efeitos da reestruturação produtiva, chegou o momento de tratarmos do tema.

A partir de 1990, no governo Collor se intensificam os efeitos do neoliberalismo na sociedade brasileira. Fala-se em sociedade do conhecimento, quebra de paradigmas, fim da história, entre outros conceitos que surgiram para legitimar as mudanças que vinham ocorrendo.

Como nos indica Druck,

[...] a propagação do modelo japonês inicia-se nos anos 90, inaugurando a década da qualidade. Para todos os setores produtivos de bens e serviços há uma verdadeira campanha pra que as culturas gerenciais sejam substituídas por uma cultura da qualidade. Multiplicam-se as empresas de consultoria na área da 'qualidade'; os meios de comunicação - principalmente a imprensa escrita - promovem seminários, debates, cursos e longas matérias sobre o 'o grande fenômeno da Qualidade Total' (DRUCK, 1998, p. 47).

Em termos de política de governo, indica-nos ainda a autora:

[...] a política econômica colocada em prática pelo governo Collor, revestida de um discurso sobre a necessidade de modernizar o país, se enquadrava no projeto neoliberal já em curso a nível internacional, sobretudo nas políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Para o novo governo tratava-se de inserir o país na nova ordem mundial, redefinida pelo processo de globalização. Como parte deste projeto foi lançado, em 1990 o Programa Brasileiro de Qualidade Total (PBQC), que tinha como objetivo principal adquirir competitividade para a economia brasileira (DRUCK, 1998, p. 47).

Temos a chegada da reestruturação produtiva. A busca pela competitividade tanto por parte do governo como do empresariado levou à busca de novas práticas de gestão empresarial e de inovações tecnológicas.

Esse cenário trouxe alterações para a ação profissional, com maior visibilidade para o campo das relações de trabalho (educação continuada, segurança no trabalho, qualidade de vida no trabalho) e também nas organizações sem fins lucrativos, com emergência da figura do “terceiro setor”, e nos programas de responsabilidade social empresarial.

A partir desse contexto, o discurso acadêmico e profissional sinaliza para a necessidade de conquista de novos espaços, visando atender à nova realidade instaurada com a reestruturação produtiva.

Partindo da necessidade de uma reconfiguração do Serviço Social e da conquista de novos espaços, começa a se consolidar a atuação do Serviço Social junto à gestão da força de trabalho, como nos demonstram Lima e Cosac (2005), trabalho em que apresentam os resultados de um estudo que investigou o trabalho de assistentes sociais junto à gestão de “recursos humanos”.

Para Menegasso (2002), no contexto da reestruturação produtiva, o assistente social ganha espaço nos níveis de assessoria, gerência e consultoria das organizações. Mônica César (1998), entretanto, adverte-nos, a partir de sua pesquisa, que o interesse da gerência capitalista está relacionado aos saberes que o profissional acumula, em razão do seu trabalho, sobre a vida privada do trabalhador.

Com a reestruturação produtiva, as relações do Serviço Social com o campo da gestão e da Administração se estreitaram. A coletânea organizada por Mota (1998), intitulada *A nova fábrica de consensos*, e o livro de Lucia Freire (2003), *O Serviço Social na reestruturação produtiva. Espaços, programas e trabalho profissional*, oferecem-nos uma análise crítica desse contexto, os ensaios que a compõem têm em comum “[...] a reflexão crítica sobre as transformações que vêm ocorrendo tanto na base material da sociedade capitalista quanto no

campo das idéias e suas inflexões no mundo do trabalho e no Serviço Social (KAMEYAMA, 1998, p. 7).

Os temas de pesquisa estão centrados no estudo do novo ethos que permeia as empresas, nos programas de qualidade total, no processo de desqualificação/qualificação profissional, nas políticas empresariais de benefícios, nas novas demandas que se colocam para o Serviço Social [...]Os estudos buscam analisar as transformações ocorridas no processo de trabalho, explicitadas pela flexibilização, precarização, fragmentação e terceirização/externalização do trabalho. Essas temáticas estão intrinsecamente conectadas com o Serviço Social, na medida em que permitem apreender as novas requisições, competências e condições de trabalho do profissional de Serviço Social (KAMEYAMA, 1998, p. 7-8).

Na análise de César (1998), a reestruturação produtiva impacta o Serviço Social de empresa, pois as requisições passaram a ter outras mediações, baseadas em novas formas de controle dos trabalhadores. A gestão do trabalho na era da acumulação flexível se organiza em função do estabelecimento de metas de qualidade e produtividade, que requerem o envolvimento do trabalhador e se consolidam com mecanismos de aprendizagem e socialização difundidos pela área de “recursos humanos”. “Os trabalhadores trocam, a priori, emprego, estabilidade e benefícios diferenciados pelo compromisso com os resultados esperados na produção” CÉSAR, 1998, p. 123).

A isto César (1998, p. 124) denomina “subordinação ‘consentida’”, visto que o controle é bem mais sutil, não está materializado em um capataz ou supervisor, como nos tempos da lógica taylorista/fordista.

Em seu estudo, César (1998) verifica que o Serviço Social permanece vinculado às relações de trabalho, e as requisições são feitas visando atender a situações de ordem psicossocial relacionadas à produtividade, mas não diretamente vinculadas ao processo de trabalho em si.

O trabalho do Serviço Social na indústria se caracteriza pela persuasão e pela coerção e isto “[...] repete-se, com algumas particularidades, nos demais campos de trabalho do assistente social, em organizações da sociedade civil ou do Estado” (IAMAMOTO, 1997, p. 47).

Além de suas funções tradicionais ligadas à identificação da profissão com um caráter humanitário, surgem novos papéis, como, por exemplo, assessoramento a chefias, realizando a intermediação entre chefe e subordinado, e é nessa intermediação que se baseiam as ações de orientação e educação. É para o desempenho dessas funções que as empresas têm contratado o assistente social.

Seu papel é concebido como interlocutor da ação social da empresa ou do discurso gerencial, atenuando fontes de conflitos/tensões e suas atribuições são, freqüentemente, associadas ao clima organizacional e ao repasse de informações para a gerência, colocando à disposição informações que respondam aos novos parâmetros de administração, adotados pela empresa (CÉSAR, 1998, p. 127).

As informações, que são relacionadas com os processos de “recursos humanos” obtidas pelo Serviço Social, são utilizadas pela gerência e compõem o planejamento da empresa. Esse uso das informações impacta o processo de trabalho do assistente social, tornando-se necessárias a reorganização e a racionalização das atividades e a implementação de inovações tecnológicas. Isto passa a exigir do profissional qualificado a utilização de recursos informatizados e a manipulação de dados. Com essa intensificação, o profissional de Serviço Social fica cada vez mais sujeito à instabilidade que se instaura no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva.

O Serviço Social, na análise de César,

[...] se inscreve em um contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder. O exercício profissional tem contradições intrínsecas que, ao mesmo tempo, revelam sua essência e as ocultam. A prática dos assistentes sociais, configura-se essencialmente contraditória e torna-se, mais ainda, pois a organicidade com objetivos corporativos que lhes é exigida, esbarra na condição de serem os próprios profissionais vendedores da força de trabalho, pertencentes à classe sobre a qual incide sua atuação de cunho político-ideológico (CÉSAR, 1998, p. 144).

Com a reestruturação produtiva, novos desafios profissionais são colocados ao Serviço Social que afetam o processo de formação profissional. A seguir apresentaremos o resultado de nossa pesquisa junto aos cursos de Serviço Social no Estado de Santa Catarina.

4 A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4.1 A ANÁLISE DOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DA MATÉRIA BÁSICA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Nos capítulos anteriores apresentamos os resultados de nossa pesquisa bibliográfica, agora passamos a apresentar os dados empíricos; essa separação, cabe registrar, é meramente formal, visto que esses dois campos se interpenetraram durante todo o processo de realização desta pesquisa.

Os dados que foram coletados e analisados em nossa pesquisa, conforme já indicamos na Capítulo I, foram os programas das disciplinas da matéria básica Administração e Planejamento.

O conteúdo da matéria é bastante abrangente e se apresenta como dois campos de conhecimentos aplicados ao Serviço Social. Embora os dois campos, Administração e Planejamento, tenham uma relação, faremos uma separação didática visando a um melhor entendimento de nossa investigação.

Relacionados à Administração temos teorias organizacionais, modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais, e funções da Administração em órgãos da Administração pública, em empresas e em organizações da sociedade civil. Relacionados ao Planejamento temos planejamento e gestão de serviços, elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social, e funções de planejamento em órgãos da Administração pública, em empresas e em organizações da sociedade civil.

Nesta pesquisa optamos por desenvolver uma análise dos conteúdos que, dentro da matéria, circunscrevem-se no campo da Administração relacionado às teorias organizacionais, aos modelos gerenciais e à organização do trabalho.

Fizemos tal delimitação a fim de estabelecer um recorte em nossa pesquisa, dada a abrangência dos temas Administração e Planejamento. Esse recorte também beneficia a nossa análise em função de nossa experiência como docente com os conteúdos relacionados à

disciplina Administração em Serviço Social, de onde emerge nosso objeto, como já foi explicitado.

Nossa pesquisa buscava saber como a matéria Administração e Planejamento estava organizada nos currículos de Santa Catarina. Nossa análise dos programas deu conta, num primeiro momento, da grande abrangência da matéria.

O Estado de Santa Catarina, de acordo com o cadastro da ABEPSS, nosso guia na pesquisa, conta com 12 cursos de Serviço Social, entretanto, apenas 11 cursos estão em pleno funcionamento, um deles possui credenciamento junto ao Ministério da Educação, mas o curso ainda não foi lançado por número insuficiente de interessados em concurso Vestibular.

Trabalhamos com 11 cursos, para a indicação nesta pesquisa numeramos os cursos de 1 a 10, e inserimos em anexo no final deste trabalho, na seguinte forma de apresentação: Curso 1: Anexo A; Curso 2: Anexo B; Curso 3 anexo C; Curso 4: Anexo D; Curso 5: Anexo E; Curso: 6: anexo F; Curso 7: Anexo G; Curso 8: anexo H; Curso 9: Anexo I; Curso 10: Anexo J.

Alguns programas são semelhantes, pois em alguns casos se trata da mesma instituição educacional, mas em localidade diferente.

Em sete cursos a matéria está organizada em dois semestres, e em três cursos o ensino do campo do Planejamento se alonga por três semestres.

Uma primeira constatação de nossa pesquisa é a de que não há uma uniformidade entre os cursos na organização da disciplina a partir da matéria, ou seja, há uma interpretação diferenciada em relação ao que deve ser priorizado no ementário das disciplinas a partir do conteúdo estabelecido pelas Diretrizes Curriculares.

Em quatro cursos, temos a ênfase no Planejamento e as disciplinas têm como foco os seguintes conteúdos: gestão social, avaliação, planos/projetos e gerenciamento de políticas sociais.

Com o quadro a seguir podemos verificar como se dá a organização dessas disciplinas.

Cursos	Nome das disciplinas	Ementas
1, 2 e 3	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento e gestão de programas e projetos sociais I 	Concepções, dimensões e modelos de planejamento. A importância do planejamento na prática profissional do processo de planificação: planos e projetos. Análise de planos/projetos. Exercícios de elaboração de planos, programas e projetos.
	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento e gestão de programas e projetos sociais II 	Gerenciamento de políticas sociais. Construção de parcerias, redes e alianças. Sistema de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais. Tendências e metodologias de avaliação – pesquisas avaliativas: tipos, procedimentos e instrumentos. Exercícios práticos de avaliação.
4	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Social I 	Relação Estado e sociedade civil. Concepções de gestão social. Modalidades de Planejamento. Construção de planos, programas e projetos. Competências e habilidades do assistente social para a gestão social.
	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Social II 	A gestão social nas relações Estado sociedade. Terceiro Setor. Avaliação e monitoramento de políticas sociais, produção de diagnósticos e construção de indicadores sociais. Gestão social e Serviço Social: assessoria, consultoria, auditoria, supervisão.

Quadro 1– Demonstrativo de ementas e disciplinas com enfoque no Planejamento

Em seis cursos pesquisados, a ênfase é dada no conteúdo da Administração. Esse conteúdo aparece no terceiro ou quarto período.

Nossa análise dos programas desenvolver-se-á nos cinco cursos que enfocam a Administração.

Cursos	Nome das disciplinas	Ementas
5	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Social 	O pensamento administrativo. Teorias administrativas. As diferentes formas de organização: privada, com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos, estatal/pública e governamental. A ação do Serviço Social na gestão das organizações públicas e privadas: desenvolvimento de pessoal e responsabilidade social. As atividades de assessoria, consultoria e supervisão na gestão social.
6	<ul style="list-style-type: none"> Administração em Serviço Social 	Introdução ao pensamento administrativo. As diferentes formas de organização. As propostas alternativas formais para as organizações de serviços sociais. A ação do Serviço Social na gestão das organizações de serviços sociais no setor público e privado. (Anexo F)
7, 9 e 10	<ul style="list-style-type: none"> Administração em Serviço Social 	As funções da Administração no sistema capitalista. Tendências contemporâneas na Administração capitalista (toyotismo, CCQ, Qualidade total, reengenharia, etc.). A ação do Serviço Social nas organizações empresariais, fundações, terceiro setor e em instituições sociais.
8	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento e Administração em Serviço Social 	Teorias organizacionais e modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais: públicas e privadas. Planejamento: Conceitos, metodologia e tipologia. Políticas de recursos humanos e Serviço Social. Planejamento da ação profissional: determinantes, exigências e instrumental utilizado para controle e avaliação.

Quadro 2 – Demonstrativo das ementas das disciplinas do campo da Administração

A análise dos programas considerou as bibliografias trabalhadas em cada curso. Verificamos que eles apresentam referências da Administração, do Serviço Social e de outras áreas. Na Administração consideramos também as referências de Administração de recursos humanos; no Serviço Social, as publicações de pesquisadores da área; nas outras áreas

incidem referências da Psicologia organizacional, do terceiro setor, da responsabilidade social.

Curso	ÁREAS DE CONHECIMENTO – Q UANTIDADES POR ÁREA		
	SERVIÇO SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO	OUTRAS
5 (Anexo E))	3	1	5
6 (Anexo F)	6	2	4
7 (Anexo G)	3	4	1
8 (Anexo H)	6	3	0
9 (Anexo G)	1	4	1
10 (Anexo G)	1	4	1
Total	15	13	11

Quadro 3 – Demonstrativo das quantidades de bibliografia por área nos cursos

No total verifica-se que há um equilíbrio entre as quantidades de referências por área. O ensino não se dá exclusivamente com a literatura da Administração ou do Serviço Social, e, embora num primeiro momento possamos citar a falta de produção teórica do Serviço Social relacionado ao campo da gestão, verificamos que a disciplina tem sido trabalhada com referências do Serviço Social.

As referências da Administração que preponderam são aquelas relacionadas à teoria geral da Administração e são obras que apresentam os antecedentes históricos da Administração bem como a composição de sua teoria. Elas atendem à necessidade do projeto profissional do campo da Administração.

Dos livros da área de Serviço Social utilizados, destacamos: *Serviço Social organizacional*, de Freire (1983), o *Feitiço da ajuda*, de Mota (1991), *A nova fábrica de consensos*, de Mota (1998), do qual são trabalhados os artigos de César (1998), Freire (1998) e Druck (1998). Para essa seleção consideramos sua incidência nos cursos e a vinculação com o campo da Administração. Analisamos e discorremos sobre essas produções no Capítulo 3.

4.2 A MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO: REFLEXÕES

Nossa investigação foi motivada pela percepção de que há uma desconexão entre a Administração e o Serviço Social, o que de fato é verdade, pois são dois campos profissionais distintos, com objetos de intervenção distintos.

Mas para Barbosa, o caráter interventivo da profissão em torno da questão social e suas múltiplas expressões a vincula à temática da gestão. Esse caráter interventivo exige do assistente social “[...] um conjunto de competências técnico-operativas, que envolvem, todavia, articuladamente, formas de pensar e agir” (BARBOSA, 2004, p. 51).

Apesar de as Diretrizes Curriculares estabelecerem que: “As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção” (ABEPSS, 1996, p. 14). Na análise de Barbosa, “Apesar dessa explicitação e acúmulo teórico na profissão, em geral dissociamos a discussão da administração e planejamento da teoria crítica como se de uma híbrida conduta acadêmica, a exemplo das opções ecléticas do conhecimento” (2004, p. 51).

A autora, em um artigo da revista *Temporalis/ABEPSS* (2004), dedicada à discussão do ensino do trabalho profissional como um desafio para a afirmação das Diretrizes Curriculares e do projeto ético-político, ressalta que a profissão deve ter competência para atuar nas demandas do “mercado”, mas para isso deve ter condições de apreender criticamente as transformações da vida social.

[...] ao conceber a instrumentalidade como devedora da formação teórica, exige-se que os conteúdos temáticos relacionados se articulem necessariamente aos núcleos de *Fundamentação Teórico-Methodológicos da vida social; Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e do Trabalho Profissional*. Essa interface é um desafio e uma exigência de modo a poder situar a *técnica* no processo das relações sociais e na herança cultural acumulada na modernidade a partir dos conhecimentos de legitimação do capitalismo e de sua crítica, bem como na particularidade da sociedade brasileira (BARBOSA, 2004, p. 52).

A autora ressalta que com a reestruturação produtiva a técnica ganha espaço e que os direitos sociais tendem a ser abordados a partir da técnica, levando à focalização do direito. A equidade perde espaço para a igualdade.

Após discorrer criticamente sobre o tema da técnica e situar a ligação entre poder e tecnocracia na sociedade brasileira, a autora com perspectiva propositiva nos chama atenção para o seguinte:

Em termos éticos, parece essencial que a formação profissional possibilite aos alunos compreenderem essa inserção social dos sujeitos técnicos e da tecnologia como expressão das relações de terminada época e como constituídas em dada formação social, como a brasileira. Isso talvez nos afaste de espasmos recorrentes de apologias de novas técnicas a cada novo contexto de renovação das estratégias de dominação econômica e política [...] A formação profissional deve possibilitar ao aluno compreender esse comprometimento social da técnica e, observando, na realidade e nas narrativas técnicas, o modo como o Brasil se agrega à onda de capital mundializado, pela combinação da dívida social histórica com os agudos fenômenos da precarização do trabalho, onde as tecnologias de gestão são os principais vetores de mudança [...] (BARBOSA, 2004, p. 57 e p. 61).

O conteúdo de Administração e Planejamento deve proporcionar aos alunos a compreensão da racionalidade do trabalho e as perspectivas de gestão que a atravessam desde a Administração científica de Frederick Taylor até as perspectivas contemporâneas a partir da entrada do capitalismo na era da acumulação flexível.

A ocupação dos espaços organizacionais pelos alunos, no estágio e na vida profissional, deve permitir-lhes:

[...] saber transitar no meio técnico com autonomia intelectual e ética, ao mesmo tempo que possam realizar interpretações críticas sobre as manifestações infinitesimais desse disciplinamento ensejado pela lógica do controle gerencial, tendo em mente que o poder ou as vantagens desse modo de dominar a sociedade não se exerce sem que esses poderes disciplinares atuem sobre os comportamentos que, na realidade, produzem os consentimentos e reproduzem a sujeição às hierarquias funcionais sociais (BARBOSA, 2004, p. 64).

O ensino deve privilegiar ao aluno a aprendizagem da gestão, com destaque para quatro dimensões: a organização do serviço, a política organizacional de recursos humanos, as relações de trabalho e o padrão de financiamento e de gastos (BARBOSA, 2004).

De posse de uma visão fundada na teoria crítica em que se apóia o projeto profissional, os alunos devem poder compreender que não há uma gestão neutra. Por meio da práxis, no estágio ou como egresso já nos espaços de atuação profissional, é preciso projetar “[...] formas de introduzir mudanças nessa gestão, pensando-se num controle do trabalho e da produção do serviço que seja mais participativo e democrático” (BARBOSA, 2004, p. 67). E sempre avaliando se seria possível e em que condições.

É provável que a dificuldade de articularmos o Serviço Social com a Administração esteja relacionada à vinculação do Serviço Social com o pensamento marxista a partir da década de 1980, em razão de sua crítica ao trabalho estranhado e alienado, com o qual nos deparamos em nosso cotidiano profissional.

Mas a Administração, ou gestão, tem feito a crítica a si mesma e buscado superar os limites impostos pelo modo de produção capitalista, que são os limites impostos à ciência e aos demais campos de intervenção profissional.

E o tema da Administração interessa ao Serviço Social, como já foi outras vezes reafirmado neste trabalho, pois a atuação profissional ocorre sobretudo nas organizações e a natureza interventiva da profissão requer dos profissionais esse conhecimento.

Podemos, principalmente a partir do final da década de 80, indicar que a ação profissional nas organizações pode se dar de duas formas: atuação em demandas de usuários oriundas da atividade-fim da organização e em demandas oriundas da atividade-meio, nas relações de trabalho, na falta de uma outra forma de explicação utilizamos esta, dado que tínhamos necessidade de fazer essa diferenciação.

A ação profissional junto aos usuários com demandas oriundas da atividade-fim requer que o profissional conheça a Administração para compreender o seu funcionamento e a racionalização do trabalho.

Já nas relações de trabalho outras exigências de conhecimento se fazem necessárias, pois o profissional atua em outros processos, os denominados subprocessos de recursos humanos, os quais são provisão, aplicação, treinamento e desenvolvimento, manutenção, controle e avaliação. Todas as demandas desses usuários estão relacionadas com esses subprocessos.

A atuação nas relações de trabalho nasceu nas organizações privadas, mas a partir da reestruturação produtiva tem ganhado espaço também nas organizações públicas.

A ação profissional se constitui de demandas que chegam ao profissional, a matéria Administração e Planejamento deve propiciar ao aluno elementos para a construção de habilidades profissionais visando ao estudo e ao encaminhamento dessas demandas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização deste trabalho nos suscita muita satisfação, pois a realização da pesquisa nos proporcionou percorrer a trajetória da profissão, permitindo desvendá-la ainda mais. Julgamos que esse saber seja necessário não apenas visando à nossa formação como pesquisadora, mas também à formação para a inserção nos campos de atuação profissional.

Nossa motivação em ingressar no mestrado sempre esteve relacionada com uma preocupação com o processo de formação profissional, em razão dos desafios que nos são colocados nos contextos de atuação profissional, em particular no que concerne à atuação nas organizações.

O Serviço Social, nos últimos 30 anos, obteve muitas conquistas, sua vinculação com a classe trabalhadora, a partir do projeto profissional de 1982, inverteu o jogo estabelecido pelo capital. A profissão rompe com a identidade atribuída por ele e começa a construir sua identidade.

Com a entrada no século XXI e a conquista do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no pleito de 2002, a partir de 2003, como nos indica Netto (2004), o Serviço Social tem sido posto à prova, visto que é aliada à luta dos trabalhadores que a profissão constrói o seu projeto ético-político. Entretanto, ao assumir o Governo, o Partido dos Trabalhadores não estabelece uma ruptura com os postulados neoliberais que imperaram durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002.

Essa análise não tem a pretensão de questionar a escolha feita pela profissão, pois as conquistas consolidadas seriam impensáveis sem essa opção (NETTO, 2004). O que queremos destacar é que precisamos continuar refletindo sobre o projeto profissional, dando mostras, como situa Netto, de que a reconceituação continua viva e que a partir dela se construiu o “Serviço Social crítico”, que alterou a imagem e a identidade da profissão em nível acadêmico “[...] interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas” (NETTO, 2005b, p. 18).

Os impasses enfrentados pela profissão no que se refere à sua atuação nas organizações, em uma última análise objeto desta pesquisa, não devem servir de motivos para retrocessos, com retomadas conservadoras que falseiam o entendimento dos determinantes sociais da ação profissional, ou seja, que a questão social e suas múltiplas expressões constituem-se no nosso objeto. Não foi por acaso que nesta pesquisa fizemos questão de

dedicar uma seção para uma discussão da categoria Trabalho, pois entendemos que a profissão se forja a partir da questão social e esta, por sua vez, está relacionada com os conflitos entre capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Tais impasses estão relacionados com as lacunas na incorporação do referencial marxista no projeto de formação profissional consolidado em 1996 no que tange ao entendimento do processo de trabalho do Serviço Social, essa questão é discutida por Abramides (2006).

Essa fragilidade por certo tem relação com a descontinuidade entre a teoria e a prática na ação profissional nas organizações, tema tratado por Vasconcelos (2003) e intensamente discutido pelos profissionais de campo.

A descontinuidade entre a teoria e a prática foi o mote desta pesquisa. O campo da Administração, numa hipótese inicial, aparecia como o grande vilão, entendíamos que sua composição teórica encharcada pelo positivismo não podia se integrar aos pressupostos marxistas que sustentam o projeto profissional hegemônico. Em nossa investigação, em princípio, na busca por referências que se integrassem a esse projeto, tendíamos a privilegiar uma análise crítica da Administração.

Mas a continuidade da pesquisa a partir da qualificação do projeto e o processo de orientação permitiram-nos refletir que a Administração, como outros campos de conhecimento, apresenta perspectivas críticas e conservadoras da ordem estabelecida. Nossa análise inicial tendeu a perceber apenas as perspectivas conservadoras.

A citada desconexão nos levou, de um lado, a buscar compreender os questionamentos que se fazem a Weber, a partir da análise de Tragtenberg (1985) e Löwi (1994), e de outro a buscar uma amarração teórica nos aportes críticos que informam o Serviço Social e a Administração.

Entretanto, o contato com a crítica dos autores ligados ao campo da Administração, como Tragtenberg (1985), e do Serviço Social como César (1998) causavam-nos perplexidade não só pela indicação das dificuldades, mas também por sugerirem a impossibilidade para a ação profissional nas organizações, em razão dos interesses absolutos do capital.

Inicialmente compreendíamos que seria necessária uma pesquisa no campo teórico da Administração a fim de consolidar uma abordagem crítica das organizações, a qual vincular-se-ia de forma mais articulada ao projeto ético-político do Serviço Social.

A elaboração do histórico da Administração nos permitiu uma compreensão em uma perspectiva crítica, na qual podemos identificar os limites para a atuação nas organizações no que refere à participação e à democratização.

A pesquisa, entretanto, foi nos mostrando que a Administração, como qualquer outro campo profissional, possui uma abordagem crítica que coexiste com abordagens mais conservadoras. Nosso contato com as discussões de Faria (2007) e Nogueira (2007) nos permitiu visualizar no campo da Administração um espaço para ação dos sujeitos nas organizações.

Na perspectiva desses autores, que baseiam sua análise das relações entre capital e trabalho na teoria social de Marx, não se entende a organização a partir de um determinismo estrutural, mas um espaço no qual é possível uma atuação crítica. Não há negação da organização, nem da racionalização do trabalho.

Com Marx temos uma crítica ao trabalho estranhado e alienado, e isto só será superado em uma outra ordem social, firmada em uma outra forma de produzir bens e serviços.

Compreendemos que o capitalismo não é humanizável e que a ação profissional não pode se constituir a partir desse semblante do humanitarismo que marcou a identidade profissional, mas deve se orientar com base no acesso aos direitos sociais.

Precisamos reconhecer que a teoria social de Marx nos oferece um excelente referencial de análise da questão social e suas múltiplas expressões e que a crítica não deve nos imobilizar.

Dessa análise devem emergir propostas de atuação profissional. Como nos diz Iamamoto, “Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social” (2006, p. 21).

Para o Serviço Social coloca-se o desafio de construir perspectivas de ação profissional a partir do projeto ético-político da profissão, visando ao alcance dos direitos sociais por parte dos usuários e a gradativa emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia**. Das origens a Araxá. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL – ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, ano XVII, p. 143-171, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Gestão Planejamento e Administração. **Temporalis**, Porto Alegre: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 8, p.51-79, jul./dez. 2004.

BERGER; Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidade**. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto-ético político do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 78, ano XXV, p. 48-68, jul. 2004.

CERQUEIRA FILHO, G. A. **A “questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições e competências e condição de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-145.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hil do Brasil, 1983.

CÓDIGO DE ÉTICA. RESOLUÇÃO CFESS n. 290/94, de 13 de março de 1993.

COHN, Gabriel. Introdução. In: _____ (Org). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 7-34.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DRUCK, Graça. A “cultura da qualidade” nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 45-72.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 13-69.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FARIA, José Henrique de (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FREIRE, Lúcia. **Serviço Social organizacional**: teoria e prática em empresa. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 167-194.

_____. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**: espaços programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES, Valeska Nahas. **Novas tecnologias de produção de base microeletrônica e democracia industrial**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

GURGEL, Cláudio. **A gerência do pensamento**. Gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaios críticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

KAMEYAMA, Nobuco. Notas introdutórias para a discussão sobre a reestruturação produtiva e o Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 7-22.

LA TAILLE, Yves de (Org.). **Piaget, Vigotsky, Wallon**. Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LEITE, Márcia de Paula. Novas formas de gestão de mão-de-obra e sistemas participativos. **Educação & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 45, p. 190-210, ago. 1993.

LESSA, S. Serviço Social e Trabalho: do que se trata? **Temporalis**. Brasília, ano 1, n. 2. p. 35-58, jul./dez. 2000.

LIMA, Maria José de Oliveira; COSAC, Claudia Maria Daher. Serviço Social na empresa. **Revista Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, p. 235-246, jul./dez. 2005.

LÖWI, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, George. **The ontology of social being**. Londres: Labour, Merlin Press, 1980.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. t. 1.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1. Livro 1.

_____. Introdução à crítica da economia política. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Maurílio Castro de. O debate do serviço social na saúde nos anos 90. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 74. ano XXIV. 2003. p. 85-117.

MENEGASSO, Maria Éster. Organizações e serviço social. **Revista Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 5 n. 3, p. 107-114, jul./dez. 2002.

MICKLETHWAIT, J.; WOOLDRIDGE, A. **Os bruxos da administração**. Como se localizar na babel dos gurus empresariais. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**. As determinações do Serviço Social na empresa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTTA, Fernando C. **Burocracia e autogestão**. A proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 5-26, set. 2004.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. O movimento de reconceitualização – 40 anos depois. **Revista Serviço Social & sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 5-36, nov. 2005b.

NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. **Teoria da Administração para o século XXI**. São Paulo: Ática Universidade, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual do trabalho e na reprodução. Um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria chave na sociologia? **RBCS**, n. 10, v. 4, p. 5-20, jun. 1989.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

POLA, Karina; COLMÁN, Evaristo. Por que o Serviço Social não é trabalho? **Serviço Social em Revista**, Universidade Estadual de Londrina, v. 1. n. 1, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n1_karina.htm>. Acesso em: 31 jul. 2007.

RICO, Elizabeth de Melo. Uma análise da teoria do Serviço Social de empresa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 4, p. 39-60, dez. 1980.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

SERRA, Rose Mary Sousa. **A prática institucionalizada do Serviço Social**. Determinações e possibilidades. ed. 3 São Paulo: Cortez, 1986.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. **Serviço Social e instituição**. A questão da participação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

TEMPORALIS REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. O ensino do trabalho profissional: desafio para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético-político. n. 8, jul./dez. 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1985.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do serviço social**. Cotidiano formação e alternativas na área da saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VIEIRA, Pedro Antonio. **E o homem fez a máquina**. Florianópolis: EDUSFC, 1989.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

_____. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: UnB, 2004.

APÊNDICE A

Sra. Coordenadora:

Eu, Jussara Jovita Souza da Rosa, aluna do curso de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, tenho como tema de pesquisa “ A matéria administração e planejamento na matriz curricular do curso de Serviço Social”, o projeto é orientado pela professora doutora Claudia Mazzei Nogueira.

O estudo tem como objetivo pesquisar a referida matéria e seus desdobramentos. Entre eles:

- Sua ementa e programa.
- As bibliografias indicadas.

O intuito dessa pesquisa é analisar quais as perspectivas da Administração e do Serviço Social permeiam o seu ensino. O levantamento empírico se restringirá as instituições educacionais do estado de Santa Catarina, conforme cadastro da ABEPSS.

Para que seja viável a realização da pesquisa necessitarei que os cursos de Serviço Social dessa região, me enviem os programas das disciplinas que compõem a matéria Administração e Planejamento, ou me indiquem de que forma eu poderia ter acesso a eles.

Por essa razão, ficarei imensamente agradecida se vocês puderem contribuir com essa pesquisa, fornecendo por e-mail, ou outra forma desejada, os programas de disciplinas com a ementa e bibliografias trabalhadas.

Espero com esta pesquisa poder contribuir com o debate sobre a formação profissional e sobre atual matriz curricular no que se refere à citada matéria. Deixando à disposição os resultados, por mim alcançados. E, caso desejem, enviando um exemplar da pesquisa concluída.

Agradeço antecipadamente a colaboração e reafirmo, desde já, o compromisso de socializar os resultados obtidos com a pesquisa.

Atenciosamente,

Jussara Jovita Souza da Rosa
Mestranda em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO A

CURSO Nº 1

PLANO DE ENSINO

Disciplina: PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Semestre: 4º

Nº de Créditos da disciplina: 4

EMENTA: Concepções, dimensões e modelos de planejamento. A importância do planejamento na prática profissional do processo de planificação: planos, programas e projetos. Análise de planos/projetos sociais. Exercícios de elaboração de planos, programas e projetos.

OBJETIVOS:

DO SEMESTRE:. Aprofundar no aluno sua reflexão crítica para a importância do planejamento de planos, programas e projetos na contemporaneidade.

GERAL:. Possibilitar ao aluno a aprendizagem de concepções, dimensões, modelos de planejamento, e o processo de planificação, priorizando a elaboração de planos, programas e projetos.

Específicos:

- Discutir e analisar conceitos básicos de planejamento.
- Possibilitar o conhecimento sobre plano, programa e projeto e suas características.
- Discutir a importância do planejamento para a prática profissional.
- Refletir sobre o processo metodológico do planejamento enfatizando os elementos constitutivos de elaboração de projetos.
- Possibilitar o conhecimento de realidades sociais que determinem temas para a elaboração de projetos.
- Realizar um projeto de intervenção com base nas necessidades diagnosticadas em estudo de caso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – Noções gerais de planejamento

1.1. Concepções, princípios e dimensões de planejamento

1.2. Planejamento estratégico, tático e operacional

UNIDADE 2 – Importância do planejamento na prática profissional do Assistente Social

2.1. A prática do planejamento no Serviço Social

2.2. O planejamento na formação e ação profissional

UNIDADE 3– Planejamento social

3.1. Noções gerais de planejamento social

3.2. Etapas do planejamento social

UNIDADE 4 – Processo de planificação

4.1. Elaboração de planos

4.2. Elaboração de programas

4.3. Elaboração de projetos

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BARBOSA, Mário da Costa. Planejamento e Serviço Social. São Paulo. Cortez Editora, 1980.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2000.
- KEELING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002. 293 p.
- OLIVEIRA, Djalma de pinho Rebouças. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas. 13^o ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PAIVA, GERALDO VILHENA DE ALMEIDA; UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. Planejamento: enfoque técnico e social. São José dos Campos: UNIVAP, 1999. 127 p.

CURSO Nº 1

PLANO DE ENSINO

Disciplina: Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais II

Semestre: 5º

Nº de Créditos da disciplina: 4

EMENTA

Gerenciamento de políticas sociais. Construção de parcerias, redes e alianças. Sistema de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais. Tendências e metodologias de avaliação – pesquisas avaliativas: tipos, procedimentos e instrumentos. Exercícios práticos de avaliação.

OBJETIVOS

Geral:

Subsidiar ao aluno a compreensão teórica e domínio operativo de tendências e metodologias de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

Específicos

Identificar o nível de compreensão existente acerca do significado e importância de processos de controle e avaliação de intervenções sociais;
Subsidiar ao aluno a compreensão acerca do significado e importância dos processos de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais;
Instrumentalizar ao acadêmico à construção de metodologias, procedimentos e instrumentos de monitoramento e avaliação;
Oportunizar exercícios práticos de formulação e aplicação de projetos de avaliação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade1 – Gestão de serviços e políticas sociais: aspectos conceituais

1.1 - Aspectos conceituais sobre supervisão, monitoramento e avaliação

1.2 - Tipos de avaliação

1.3 - O processo de avaliação: aspectos essenciais dos métodos avaliativos

Unidade 2 – Metodologias de Avaliação de Políticas e Projetos Sociais

2.1 – Projetos de avaliação

2.2 – Os procedimentos de avaliação em campo: técnicas de coleta de informações

2.3 – Elaboração, análise e apresentação de resultados

2.4 – Indicadores de avaliação.

Unidade 3 – O processo de aplicação de projetos de avaliação

3.1 – Organização de projeto, metodologias e procedimentos de avaliação

3.2 – Aplicação de avaliação

3.3 – Análise, apresentação de resultados e avaliação da avaliação.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AGUILAR, M. J. e ANDER-EGG, E. . **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FIGUEIREDO F. FIGUEIREDO, M.A.C. **Avaliação política e avaliação de política: um quadro de referência teórico**. São Paulo: Idesp. n. 15, 1986.

RICO, E. de M. . **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar

TENÓRIO, F. (Org.). **Gestão de ONGs: princípios gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas e projetos sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CONTADOR, C. R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

Revista Serviço Social e Sociedade, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.

ANEXO B

CURSO Nº 2

PLANO DE ENSINO

Disciplina: PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Semestre: 4º

Nº de Créditos da disciplina: 4

EMENTA: Concepções, dimensões e modelos de planejamento. A importância do planejamento na prática profissional do processo de planificação: planos, programas e projetos. Análise de planos/projetos sociais. Exercícios de elaboração de planos, programas e projetos.

OBJETIVOS:

DO SEMESTRE:. Aprofundar no aluno sua reflexão crítica para a importância do planejamento de planos, programas e projetos na contemporaneidade.

GERAL:. Possibilitar ao aluno a aprendizagem de concepções, dimensões, modelos de planejamento, e o processo de planificação, priorizando a elaboração de planos, programas e projetos.

Específicos:

- Discutir e analisar conceitos básicos de planejamento.
- Possibilitar o conhecimento sobre plano, programa e projeto e suas características.
- Discutir a importância do planejamento para a prática profissional.
- Refletir sobre o processo metodológico do planejamento enfatizando os elementos constitutivos de elaboração de projetos.
- Possibilitar o conhecimento de realidades sociais que determinem temas para a elaboração de projetos.
- Realizar um projeto de intervenção com base nas necessidades diagnosticadas em estudo de caso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – Noções gerais de planejamento

1.3. Concepções, princípios e dimensões de planejamento

1.4. Planejamento estratégico, tático e operacional

UNIDADE 2 – Importância do planejamento na prática profissional do Assistente Social

2.1. A prática do planejamento no Serviço Social

2.2. O planejamento na formação e ação profissional

UNIDADE 3– Planejamento social

3.3. Noções gerais de planejamento social

3.4. Etapas do planejamento social

UNIDADE 4 – Processo de planificação

4.1. Elaboração de planos

4.2. Elaboração de programas

4.3. Elaboração de projetos

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BARBOSA, Mário da Costa. Planejamento e Serviço Social. São Paulo. Cortez Editora, 1980.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2000.
- KEELING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002. 293 p.
- OLIVEIRA, Djalma de pinho Rebouças. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas. 13^o ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PAIVA, GERALDO VILHENA DE ALMEIDA; UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. Planejamento: enfoque técnico e social. São José dos Campos: UNIVAP, 1999. 127 p.

CURSO Nº 2

PLANO DE ENSINO

Disciplina: Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais II

Semestre: 5º

Nº de Créditos da disciplina: 4

EMENTA

Gerenciamento de políticas sociais. Construção de parcerias, redes e alianças. Sistema de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais. Tendências e metodologias de avaliação – pesquisas avaliativas: tipos, procedimentos e instrumentos. Exercícios práticos de avaliação.

OBJETIVOS

Geral:

Subsidiar ao aluno a compreensão teórica e domínio operativo de tendências e metodologias de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

Específicos

Identificar o nível de compreensão existente acerca do significado e importância de processos de controle e avaliação de intervenções sociais;
Subsidiar ao aluno a compreensão acerca do significado e importância dos processos de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais;
Instrumentalizar ao acadêmico à construção de metodologias, procedimentos e instrumentos de monitoramento e avaliação;
Oportunizar exercícios práticos de formulação e aplicação de projetos de avaliação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade1 – Gestão de serviços e políticas sociais: aspectos conceituais

1.4 - Aspectos conceituais sobre supervisão, monitoramento e avaliação

1.5 - Tipos de avaliação

1.6 - O processo de avaliação: aspectos essenciais dos métodos avaliativos

Unidade 2 – Metodologias de Avaliação de Políticas e Projetos Sociais

2.1 – Projetos de avaliação

2.2 – Os procedimentos de avaliação em campo: técnicas de coleta de informações

2.3 – Elaboração, análise e apresentação de resultados

2.4 – Indicadores de avaliação.

Unidade 3 – O processo de aplicação de projetos de avaliação

3.1 – Organização de projeto, metodologias e procedimentos de avaliação

3.2 – Aplicação de avaliação

3.3 – Análise, apresentação de resultados e avaliação da avaliação.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica

AGUILAR, M. J. e ANDER-EGG, E. . **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FIGUEIREDO F. FIGUEIREDO, M.A.C. **Avaliação política e avaliação de política: um quadro de referência teórico**. São Paulo: Idesp. n. 15, 1986.

RICO, E. de M. . **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar

TENÓRIO, F. (Org.). **Gestão de ONGs: princípios gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas e projetos sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CONTADOR, C. R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

Revista Serviço Social e Sociedade, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.

ANEXO C

CURSO Nº 3

Período 4

C/H 60 h.

Crédito 4

EMENTA

Concepções, dimensões e modelos de planejamento. A importância do planejamento na prática profissional. O processo de planificação - planos, programas e projetos. Análise de planos/projetos sociais. Exercícios de elaboração de planos/programas e projetos.

OBJETIVOS

GERAL

Contribuir para a formação do aluno de Serviço Social, oferecendo-lhes elementos teóricos e práticos referentes a diferentes tipos de planejamento e a gestão de programas e projetos sociais que possibilitem a compreensão e a reflexão da prática do Serviço Social nas organizações.

ESPECÍFICOS

- Capacitar o aluno para elaborar diferentes tipos de planejamento a serem implantados e utilizados em organizações públicas, privadas e do terceiro setor.
- Identificar o processo de planejamento do Serviço Social em uma organização.
- Compreender a diferença entre programas, projetos e planos sociais, bem como, a complementação existente entre tais concepções, analisando-os de forma prática.
- Exercitar-se elaborando o processo de planificação em uma determinada organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – O Planejamento na Prática Profissional

Importância e Concepção

Modelos de Planejamento: Planejamento Estratégico; Planejamento Tático; Planejamento Operacional; Planejamento Social e Administração por Projetos.

UNIDADE II – O Processo de Planificação

-Planos, Programas e Projetos:

-Concepção;

Distinção;

-Verificação nas organizações;

-Análise de projetos e programas sociais.

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Célia M de. **Gestão de Projetos Sociais**. 3ªed.rev. São Paulo:AAPCS. 2001 (Coleção Gestores Sociais).

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Vozes, 2000

_____. **Planejamento**: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Cortez, 1987

COSTA, Aloysio Teixeira. **Administração de Entidades Sem Fins Lucrativos**. São Paulo: Nobel, 1992.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. O desafio de administrar sem receitas. São Paulo: Makron Books, 1999.

TENÓRIO, Fernando G (org). Gestão de ONGs. **Principais funções gerenciais**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TEXTOS DIDÁTICOS.

CURSO Nº 3**GESTÃO EM PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS II****CRÉDITOS: 04****CARGA HORÁRIA: 60 H.****SEMESTRE: 5º****PLANO DE ENSINO**

EMENTA: Construção de parcerias, redes e alianças. Sistema de supervisão, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais. Tendências e metodologias de avaliação - pesquisas avaliativas: tipos, procedimentos e instrumentos. Exercícios práticos de avaliação.

JUSTIFICATIVA

O aprimoramento de concepções e metodologias de monitoramento e a avaliação de políticas e programas sociais constituem aspectos essenciais para uma atuação profissional qualificada e que tem como foco resultados de impacto social. Esta disciplina intenciona aperfeiçoar formas de gestão das políticas, programas e serviços sociais, clarificando metodologias de supervisão e avaliação.

OBJETIVOS:**GERAL**

Compreender e aperfeiçoar as formas de gestão dos programas, projetos e serviços sociais, clarificando metodologias de supervisão e avaliação.

ESPECÍFICOS

Aprimorar as concepções e metodologias de supervisão, monitoramento e de avaliação de programas e projetos sociais.

Identificar tipos e metodologias de avaliação social.

Compreender o que são parcerias, redes e alianças e como ocorrem na prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **UNIDADE I – Avaliação de programas e projetos sociais**
- Avaliação de Projetos Sociais: importância, concepções, tipos, fases
- Avaliação formal e informal
- Instrumental técnico avaliativo: instrumentos e passos
- Avaliação programas e projetos sociais em organizações sociais – laboratório de aprendizagem
- **UNIDADE II -. Sistema de supervisão e monitoramento de programas sociais**

- Supervisão de programas sociais
- **UNIDADE III - Alianças estratégicas, parcerias e redes**
- Concepção, noções gerais, formação, estabelecimento, monitoramento e avaliação.

BIBLIOGRAFIA

- **MEIRELLES, Cristina (coord.executiva, pesquisa e redação).** Alianças e Parcerias – **Mapeamento das Publicações Brasileiras sobre Alianças e Parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e Empresas.** São Paulo: **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Aliança Capoava, 2005 (p.24 – 58 e 73 a 77)**
 - **ÁVILA, Célia M. Gestão de projetos sociais.** 3ª ed. rev. São Paulo: AAPCS, 2001 (p.61 – 104).
 - **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.** CRESS, 10º Região, POA, maio, 1999 (p. 87 – 117).
 - COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1993 (cap. VI, p. 108 -117).
 - FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração:** práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Editora Gente, 2002 (p.29-37 e 153-172)
 - **MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e linguagem:** relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras Editora; Lisboa:CPIHTS, 2003 (p.37 – 69).
 - **MARINO, Eduardo. Manual de Avaliação de Projetos Sociais.** São Paulo: Instituto Ayrton Senna.
 - **RICO, E. de M.. Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1999. (p. 65 – 109)
 - **TURK, Maria da Graça Maurer Gomes. Rede Interna e Rede Social:** o desafio permanente na teia das relações sociais. 2ªed. Porto Alegre: tomo Editorial, 2002 (p.27 – 60)
- Texto Redes** – extraído de www.rits.org.br, http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_social, <http://www.ipas.org.br/rhamas/porque.html>,

ANEXO D

CURSO Nº 4

Per. 4º

Cred. 4

H/A 60

GESTÃO SOCIAL I

EMENTA

Relação Estado e sociedade civil. Concepções de gestão social. Modalidades de Planejamento. Construção de planos, programas e projetos. Competências e habilidades do Assistente Social para a gestão social.

OBJETIVO

Compreender o contexto atual da gestão social com a finalidade de situá-la analítica e politicamente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRETCHE, Marta T. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, jun. 1996.

ÁVILA, Célia M. de (Org.). **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS, 1999.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BONDER, Cíntia. O assistente social e o planejamento participativo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXV, n. 78, p. 69-81, julho, 2004.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel Desenszajn (Orgs.). **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Angela M. C. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003, p.13-60.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento**: introdução à teoria do planejamento social. São Paulo: Moraes, 1981.

BARBOSA, Rosangela N. de Carvalho. Gestão: planejamento e administração. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, PUCRS, n. 08, 2004.

CUSTÓDIO, Maria do Socorro Aquino. **Planejamento Estratégico**: a essência do problema.

In: www.socialtec.org.br/download/planejamentoegerenciamento/planejamento_estrategico.doc

DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RAICHELIS, Raquel; WANDERLEY, Luiz Eduardo. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 78, p. 5-32, jul. 1994.

SIMIONATTO, Ivete. Reforma do Estado abre caminho para o mercado. **Revista Inscrita**, Brasília, CFESS, ano II, n. 4, maio de 1999.

SPINK, Peter; CLEMENTE, Roberta (Orgs.). **Experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: FGV, 1997.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1987.

CURSO Nº 4**Per. 5º****Cred. 4****H/A 60****GESTÃO SOCIAL II****EMENTA**

A gestão social nas relações Estado sociedade. Terceiro Setor. Avaliação e monitoramento de políticas sociais, produção de diagnósticos e construção de Indicadores Sociais. Gestão Social e Serviço Social: assessoria, consultoria, auditoria, supervisão.

OBJETIVO

Instrumentalizar o/a acadêmico/a para a gestão social.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. Lisboa/São Paulo: CPIHTS/Veras Editora, 2001.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2001.

RICO, Elizabeth de Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, IEE, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Execução e avaliação de políticas e programas sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 4. Brasília: UnB, CEAD, CFESS, ABEPSS, p. 5-78, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 56, p. 114-134, mar. 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ÁVILA, Célia M. de (Org.). **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS, 1999.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRITSCH, Rosângela. Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 52, p. 127-145, dez. 1996.

KUGELMAS, Eduardo e SOLA, Lourdes. Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP-FFLCH, v.11, n.2, fev. 2000, p.63-81.

NOGUEIRA, M. A. A dimensão Política da descentralização participativa. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 11, n.3, jul/set 1997, p. 8-19.

PAIVA, Beatriz Augusto. Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4**. Brasília: UnB, CEAD, CFESS, ABEPSS, 2000. p. 79-94.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel Desenszajn (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação das políticas sociais: concepção e modelos analíticos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 53, p.74-79, 1997.

VALARELLI, L. L. Indicadores de resultados de projetos sociais. Disponível em: <http://www.rits.org.br>

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 30, p.5-43, 1996.

Textos dos órgãos oficiais que tratam de indicadores: IPEA, PNAD, IBGE, etc.

ANEXO E

CURSO Nº 5**Gestão Social I****Área Temática: Gestão Social****Carga Horária: 72****Fase: 3ª****Ementa:**

O pensamento administrativo. Teorias administrativas. As diferentes formas de organização: privada com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos, estatal/pública e governamental. A ação do Serviço Social na gestão das organizações públicas e privadas: desenvolvimento de pessoal e responsabilidade social. As atividades de assessoria, consultoria e supervisão na gestão social.

Conteúdos:

Teorias organizacionais.

O gerenciamento nas políticas públicas, em empresas privadas e em organizações do terceiro setor.

Planejamento e gestão em organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Gestão de recursos humanos e a inserção do assistente social na equipe de recursos humanos.

Responsabilidade social das empresas e o serviço social.

A assessoria e a consultoria.

Objetivos:

Distinguir formas de organizações públicas e privadas e à ação do Serviço Social na sua gestão.

Compreender o conceito de gestão social.

Diferenciar as teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho nas políticas públicas e no terceiro setor.

Identificar os conceitos e tendências atuais da gestão social.

Compreender as funções de planejamento e gestão em organizações públicas, privadas e do terceiro setor

Entender o processo de gestão de recursos humanos.

Identificar a atuação do Serviço Social em empresas.

Compreender o processo de assessoria, consultoria e supervisão na gestão social.

Referências:

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 5v, il

CÉSAR, Mônica de Jesus. **Serviço Social e Reestruturação Industrial**: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-148.

DECENZO, David A; ROBBINS, Stephen P. **Administração de recursos humanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. xvii, 318p, il. Tradução de: Human resource management.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998. 446p. PP.353-368

FARAH, M. F.S. **Gestão pública e cidadania**: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 126-156, jul./ago., 1997.

FLEURY, A. C., VARGAS, N. (Orgs.) *Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar: sete estudos sobre a realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 1983.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (coord). **Processo e relações de trabalho no Brasil:** movimento sindical, comissão de fábrica, gestão e participação, o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCQ e KANBAN). 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PAIVA, B. A. **Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000, módulo IV, p. 79-94.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel; FRANCO, Augusto de. **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: EDUC: IEE, 1999. 231 p. Pp. 19-29.

CACCIA-BAVA, S. (orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática.** São Paulo:Cortez, 1988. 192 p. Pp. 61-96.

ANEXO F

CURSO Nº 6

Período: 4

Carga horária: 72 horas

Conteúdo:

Introdução ao pensamento administrativo. As diferentes formas de organização. As propostas alternativas formais para as organizações de serviços sociais. A ação do Serviço Social na gestão das organizações de serviços sociais no setor público e privado.

Bibliografia básica:

ZANELLI, José Carlos et ali **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, cap. I (p. 34 -62); **1**

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC. 1999 p. 19-29. **7**

CESAR Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições e competências e condição de trabalho profissional. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabete Mota (Org.). São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-145; **6**

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983, cap. 11 (p. 275 – 296) **4**

GIL, Antonio Carlos. **Administração de recursos humanos. Um enfoque profissional**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 13 -19; **2**

KARSCH, Úrsula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987, cap. 1 (p. 25 – 36); **5**

NETO, Francisco Paulo de Melo, FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. cap. 1, 2 (p.1 – 25); **8**

NETO, Francisco Paulo de Melo, FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. cap. 11 (p.173 – 187); **9**

ZANELLI, José Carlos et ali **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, cap. II (p. 63 – 90); **3**

DRUCK, Graça. A " cultura da qualidade" nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabete Mota (Org.). São Paulo: Cortez, 1998. p. 57 -72; **11**

GIL, Antonio Carlos. **Administração de recursos humanos. Um enfoque profissional**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 21-31; **10**

FREIRE, Lucia Maria de Barros Freire. O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabete Mota (Org.). São Paulo: Cortez, 1998. p.179 – 194; **12**

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. **O Serviço Social e a intervenção profissional.** texto elaborado a partir das discussões presentes no TCC e junto ao Núcleo de Estudos Coordenado pela Profª Regina Célia Tamasso Mioto – DSS/CSE/UFSC, 23/11/2004. 13

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. Antecedentes históricos da administração In: **Introdução à teoria geral da administração.** São Paulo: McGraw-Hil do Brasil, 1983. p. 21-32.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Enfoque prescritivo: o movimento da administração

científica. In: **Teoria geral da administração: uma introdução.**São Paulo: Pioneira,

1979. p. 2-31.

MOTTA, Fernando C. Prestes.Enfoques explicativos: o behaviorismo. In: **Teoria geral da**

administração: uma introdução.São Paulo: Pioneira, 1979. p. 35-51.

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977

MONTAÑO, Carlos .**Terceiro setor e questão social.** Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez: 2002.

MULLER, Adriana . a utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção).

MONTAÑO, Carlos. Das "lógicas do Estado" as "lógicas da sociedade civil": Estado e terceiro setor em questão. In:**Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez. nº 59, ano XX. Mar. 1999. p. 47-79

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 58, ano XIX, nov. 1998. p. 24-40

SINGER, Paul. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, Elizabeth de Melo: RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC. p. 31-54. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa.** São Paulo: Atlas, 1999.

ANEXO G

CURSO Nº 7**ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - 60hs/aula****PERÍODO 4****Ementa:**

As funções da administração no sistema Capitalista. Tendências contemporâneas na administração Capitalista (toyotismo, CCQ, Qualidade Total, Reengenharia, etc.). A ação do Serviço Social nas organizações empresariais, fundações, terceiro setor e em instituições sociais.

Bibliografia :

Cadernos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Textos para Discussão n. 787 “ Programas sociais: Efetividade, Eficiência e Eficácia como dimensões operacionais da avaliação. Autores: Alexandre Marinho e Luis Otávio Façanha, Rio de Janeiro, abril de 2001.

RAPOSO, Rebecca. Avaliação de ações sociais uma abordagem estratégica. In. Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária – BID Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CHIAVENATTO, Idalberto. Teoria Geral da Administração, Vol I e II

_____, Iniciação à Administração Geral. 3 ed. Makron Books, 2000

LODI, João Bosco. História da Administração.

RICO, Elizabeth de Melo. Teoria do Serviço Social de Empresa – Objeto e objetivos.

BATINNI, Odária. O Assistente Social e o Processo Decisório.

MOTA, Ana Elizabeth. O feitiço da Ajuda.

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC Controle de Qualidade Total (no estilo Japonês)

Revista Serviço Social e Sociedade.

CAMARGO, Mariângela Franco de e outros. Gestão do Terceiro Setor no Brasil. Ed. Futura.

ANEXO H

CURSO Nº 8**Plano de Ensino**

Disciplina: Planejamento e Administração em Serviço Social
Carga Horária: 72
Créditos: 4
Semestre do Curso: 4

Ementa:

Teorias organizacionais e modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais: públicas e privadas. Planejamento: conceitos, metodologia e tipologia. Políticas de recursos humanos e Serviço Social. Planejamento da ação profissional: determinantes, exigências e instrumental utilizado para controle e avaliação.

Objetivo Geral:

Instrumentalizar os estudantes de serviço social no sentido de conhecer os principais conceitos de modelos gerenciais, administração e planejamento, bem como a apreensão dos instrumentos utilizados pelos profissionais de serviço social no cotidiano profissional.

Objetivos Específicos:

- * Propiciar aos estudantes o conhecimento das teorias organizacionais e modelos gerenciais para que possam contribuir na organização do trabalho do Assistente Social e políticas sociais;
- * Possibilitar o conhecimento do processo de Planejamento: conceitos, metodologias e tipologia, bem como a contribuição no trabalho do Assistente Social;
- * Oportunizar aos estudantes o conhecimento das Políticas de Recursos Humanos e identificar a participação do Assistente Social neste processo;
- * Viabilizar o conhecimento dos métodos e instrumentos técnicos-operativos utilizados pelo Assistente Social na área de Planejamento e Administração.

Conteúdo Programático:

- 1 - Teorias organizacionais e modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais: públicas e privadas.
 - 1.1 Antecedentes históricos da administração
 - 1.2 Abordagem Clássica da Administração
 - 1.3 Abordagem Humanística da Administração
 - 1.4 Tipos de organizações: pública, privada e terceiro setor
- 2 - Planejamento
 - 2.1 Conceitos

- 2.2 Tipologia
- 2.3 Metodologia
- 3- Planejamento da ação profissional
 - 3.1 Planejamento como instrumento de controle e avaliação
 - 3.2 Planejamento como instrumento de intervenção social
- 4 - Políticas de recursos humanos
 - 4.1 - O profissional assistente social e a administração de recursos humanos
 - 4.2 - Gestão de pessoas em ambiente dinâmico

Bibliografia Básica: (obrigatória de duas a cinco obras)

1 MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos** : Do operacional ao estratégico. 5.ed. São Paulo: Futura, 2002. 332 p.

2 PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social** : Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2002. 198 p.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia** : um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. 299 p.

4 BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1980. 152p.

5 LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração** : princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003. 542p.

Bibliografia Complementar: (não obrigatória)

1 NOGUEIRA, Vera Maria. Planejamento de Políticas Sociais. Curso Formação Profissional: um projeto de atualização. Módulo II. CRESS 12ª Região. 1998 p.08-47.

2 OLIVEIRA, Heloisa M. J. Avaliação de Políticas Sociais. Curso Formação Profissional: um projeto de atualização. Módulo II. CRESS 12ª Região. 1998 p. 53-69.

3 Revista Katalyses/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. nº 2 (Jul/Dez 2002) Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 107-114, 125-132, 203-205.

4 BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2003.

ANEXO I

CURSO Nº 9 – ANEXO I

Disciplina:Administração em Serviço Social

Horas/Aula Semanal:04

Horas/Aula Semestral:60

EMENTA

As funções da administração no sistema capitalista, tendências contemporâneas da administração capitalista, (Toyotismo, CCQ, qualidade total, reengenharia), a ação do Serviço Social nas organizações empresariais, fundações, terceiro setor e instituições sociais.

Objetivo Geral

- Oportunizar aos alunos conhecimentos e condições de refletir e correlacionar elementos teóricos, conceituais e ideológicos que embasam as teorias da administração e sua correlação com Serviço Social.

Objetivos Específicos

- Ao Final do semestre o aluno deverá ser capaz de:
 - Conhecer aspectos históricos e teóricos que embasam a administração.
 - Correlacionar os princípios e os meios administrativos com o Serviço Social.
 - Identificar na realidade o conceito e a função do Assistente Social enquanto Conselheiro, gestor, coordenador e administrador em diversas áreas de atuação profissional.

I

Unidade I

- O taylorismo como Organização do Trabalho.
 - *Sua história, princípios ideo-políticos mundial
 - *Percepção da Administração Científica enquanto consolidação da mais-valia.
 - *decorrência do método Taylorista nas questões sociais e de produção.
- O Fordismo como Organização do Trabalho.
 - *Sua história, princípios ideo-políticos mundial.
 - *A contribuição deste no capitalismo monopólico.
 - *A interlocução existente entre o fordismo e o taylorismo.
- O Toyotismo e seu modo de produção industrial.
 - *Sua inter-relação com o mundo contemporâneo.
 - *CCQ
 - *Reengenharia
 - *O Serviço Social e o toyotismo na atualidade.

Unidade II

- O Serviço Social nas Empresas, Movimentos sociais e populares, Conselhos de políticas públicas, Orçamento Participativo, instituições, Universidades, Conselhos de Classes, Fundações, ONGs e Terceiro Setor)
 - relação profissional com os usuários e empregadores.
 - Gestão, implantação, coordenação e supervisão de projetos e programas
 - O Assistente Social enquanto pesquisador e elaborador da ciência.
 - O Assistente Social como responsável técnico em diversas áreas.
 - O Assistente Social como orientador de estágios profissionais.

Unidade III

- Construção de projeto e realização de seminário de administração (previsão de recursos humanos e materiais, distribuição de horários, distribuição de tarefas, temas, avaliação etc).

■ Referências bibliográficas:

Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulos, 2, 3 e 4 – Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000

FREIRE, L. Serviço Social Organizacional. Cortez, São Paulo, 1983.

HELOANI, J.R. Organização do Trabalho e administração: uma visão multidisciplinar, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, A. E. O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social de Empresa. Cortez, 1998

OLIVEIRA, A. B. A Nova Fábrica de Consensos : reestruturação empresarial, os trabalhos e as demandas do Serviço Social. MOTA, A.E. (org.) . Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, ano XX, nº 60, julho de 1999, p. 186-189.

SILVA, M.R.F. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, ano XVII, nº 52, dezembro de 1996, p. 161-165.

■ Referências bibliográficas complementares :

FARIAS, F.B. O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da Nossa Época; v. 73.

MAZZEO, A.C. Estado e Burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDONÇA, L. C. Participação na Organização . Uma introdução aos seus fundamentos. Conceitos e formas. Atlas, São Paulo, 1987.

SERRA, R. Trabalho e Reprodução: Enfoques e abordagens, São Paulo:Cortez; PETRES-FSS/UERJ, 2001.

ANEXO J

CURSO Nº 10

Disciplina: Administração em Serviço Social

Horas/Aula Semanal: 04

Horas/Aula Semestral: 60

EMENTA

As funções da administração no sistema capitalista, tendências contemporâneas da administração capitalista, (Toyotismo, CCQ, qualidade total, reengenharia), a ação do Serviço Social nas organizações empresariais, fundações, terceiro setor e instituições sociais.

Objetivo Geral

- Oportunizar aos alunos conhecimentos e condições de refletir e correlacionar elementos teóricos, conceituais e ideológicos que embasam as teorias da administração e sua correlação com Serviço Social.

Objetivos Específicos

- Ao Final do semestre o aluno deverá ser capaz de:
 - Conhecer aspectos históricos e teóricos que embasam a administração.
 - Correlacionar os princípios e os meios administrativos com o Serviço Social.
 - Identificar na realidade o conceito e a função do Assistente Social enquanto Conselheiro, gestor, coordenador e administrador em diversas áreas de atuação profissional.

I

Unidade I

- O taylorismo como Organização do Trabalho.
 - *Sua história, princípios ideo-políticos mundial
 - *Percepção da Administração Científica enquanto consolidação da mais-valia.
 - *decorrência do método Taylorista nas questões sociais e de produção.
- O Fordismo como Organização do Trabalho.
 - *Sua história, princípios ideo-políticos mundial.
 - *A contribuição deste no capitalismo monopólico.
 - *A interlocução existente entre o fordismo e o taylorismo.
- O Toyotismo e seu modo de produção industrial.
 - *Sua inter-relação com o mundo contemporâneo.
 - *CCQ
 - *Reengenharia
 - *O Serviço Social e o toyotismo na atualidade.

Unidade II

- O Serviço Social nas Empresas, Movimentos sociais e populares, Conselhos de políticas públicas, Orçamento Participativo, instituições, Universidades, Conselhos de Classes, Fundações, ONGs e Terceiro Setor)
 - relação profissional com os usuários e empregadores.
 - Gestão, implantação, coordenação e supervisão de projetos e programas
 - O Assistente Social enquanto pesquisador e elaborador da ciência.
 - O Assistente Social como responsável técnico em diversas áreas.
 - O Assistente Social como orientador de estágios profissionais.

Unidade III

- Construção de projeto e realização de seminário de administração (previsão de recursos humanos e materiais, distribuição de horários, distribuição de tarefas, temas, avaliação etc).

■ Referências bibliográficas:

Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulos, 2, 3 e 4 – Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000

FREIRE, L. Serviço Social Organizacional. Cortez, São Paulo, 1983.

HELOANI, J.R. Organização do Trabalho e administração: uma visão multidisciplinar, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, A. E. O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social de Empresa. Cortez, 1998

OLIVEIRA, A. B. A Nova Fábrica de Consensos : reestruturação empresarial, os trabalhos e as demandas do Serviço Social. MOTA, A.E. (org.) . Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, ano XX, nº 60, julho de 1999, p. 186-189.

SILVA, M.R.F. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, ano XVII, nº 52, dezembro de 1996, p. 161-165.

■ Referências bibliográficas complementares :

FARIAS, F.B. O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da Nossa Época; v. 73.

MAZZEO, A.C. Estado e Burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDONÇA, L. C. Participação na Organização . Uma introdução aos seus fundamentos. Conceitos e formas. Atlas, São Paulo, 1987.

SERRA, R. Trabalho e Reprodução: Enfoques e abordagens, São Paulo: Cortez; PETRES-FSS/UERJ, 2001.